



Adalberto Cardoso

Uma investigação
sobre a persistência secular
das desigualdades

A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DO TRABALHO NO BRASIL


VANGUARDA
Pelotas (53) 3027.1234 Rio Grande (53) 2125.1234


FGV
EDITORA


FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Capítulo 6

Dois exemplos de fluidez (ou dinâmica) social

"Meu estudo foi pouco, estudo em escola, quero dizer. Porque a vida me ensinou tudo o que precisei saber. A vida e Deus (...). Não existe nada fora de Deus, do que Deus quer pra você."

Marlene Costa, em depoimento para esta pesquisa

"Hoje eu olho para trás e... Meu Deus, eu fiz muita coisa, né? Muita coisa! E tudo meio assim, sem... Sem saber direito que estava fazendo (...)."

Marcos Campos, idem.

Os dados analisados no capítulo anterior precisam ser lidos com cuidado, ou também podem encaminhar a armadilhas analíticas prejudiciais ao argumento em tela neste livro. A tabela 6, muito particularmente, oferece um quadro algo congelado da estrutura do mercado de trabalho, em termos de tipos de emprego disponíveis aos brasileiros que migraram ou que viviam nas cidades, sobretudo a partir de 1976. Mas esse quadro deve ser tomado como uma estrutura de oportunidades de inserção produtiva, que sofreu processo de deterioração nos últimos 30 anos. Isto é, um ou uma jovem entrante no mercado de trabalho tinha, em 1976, basicamente a mesma probabilidade de se inserir como assalariado sem carteira (ou em outro tipo de emprego) de um ou uma jovem entrante em 2006. Isso não quer dizer que, uma vez ocupando uma posição qualquer a certa altura da vida, esse ou essa jovem tenha permanecido nela para todo o sempre. A literatura sobre mobilidade de carreira no país não é vasta, mas é suficiente para sustentar a afirmação de que o Brasil se caracteriza por grande fluidez de posições individuais nessa estrutura, que se mostra, no agregado, muito pouco dinâmica.

MOBILIDADE ESCADA

Neste capítulo apresento dois casos exemplares, embora não necessariamente típicos, dessa fluidez. Por exemplares e não típicos, sua representatividade não é estatística. Eles são expressões da diversidade interna ao padrão desenvolvimentista de inserção ocupacional reconstruído neste livro, padrão que se põe diante dos casos como um campo de possibilidades objetivas (portanto materiais e externas aos agentes), cuja efetivação, porém, só pode ser individual e resultado dos investimentos subjetivos das pessoas em suas próprias trajetórias. Parte dos leitores se reconhecerá numa trajetória ou noutra, outra parte reconhecerá nelas sucessão plausível de eventos, outros ainda talvez identifiquem um ou outro personagem, sendo mais ou menos próximo de indivíduos com percursos semelhantes. Em qualquer caso, trata-se de histórias reais que a ninguém causará estranhamento. É nesse sentido que são representativas: são a efetivação de possibilidades objetivas, por meio ou como resultado dos investimentos subjetivos de seus personagens em sua própria trajetória de vida. Tudo poderia ter-se passado de modo diferente na vida dessas pessoas, como ocorreu de fato com outras. Mas outras pessoas podem ter vivido sequência semelhante de eventos, já que essa possibilidade está dada na própria estrutura de oportunidades do padrão desenvolvimentista de inserção ocupacional no Brasil. Nessas condições, os casos são exemplares na medida em que expõem as entranhas da dinâmica social, que surge, ao final, como o elemento no qual aquelas mesmas subjetividades são, recursivamente, redimidas como sua síntese. Em outras palavras, a dinâmica social, para o que interessa neste momento, só existe nas individualidades que a constituem, de tal modo que qualquer trajetória individual nesse elemento é exemplar, ou representativa, de sua materialidade, isto é, de seu modo de funcionamento. Isso não quer dizer, obviamente, que dois casos possam esgotar o conjunto de possibilidades inscritas no modo de funcionamento da dinâmica social. E não é isso que se espera deles. Mas cada um deles denota aquele conjunto como um campo de possibilidades objetivas, atualizado de modo diverso para cada indivíduo.

Essa maneira de encarar a exemplaridade é prenhe de consequências teóricas para a compreensão dos processos de legitimação da desigualdade no Brasil, e será explorada à larga na seção final deste capítulo e no seguinte. Por ora, cumpre apenas assinalar que, enquanto atualização de possi-

bilidades objetivas resultante de investimentos subjetivos (de indivíduos e famílias), os casos exemplares são também para outros indivíduos, na medida em que operam um efeito demonstração que alimenta as expectativas (positivas ou negativas) quanto ao próprio destino de cada um no mundo. A exemplaridade, então, não é apenas denotativa. Os casos são exemplares por configurar uma práxis, tendo seu aspecto substantivo seus sentidos delimitados pelo campo no qual incidem, e esse campo é, por seu lado, constituído pela práxis das outras pessoas para quem os casos têm a virtualidade de funcionar como modelo, ou projeto, ou efetivação de possibilidades que de outro modo permaneceriam fora do horizonte da vida real de todas as pessoas. Isso é o mesmo que dizer que essas trajetórias não poderiam ocorrer, em sua singularidade, em outro lugar que não o Brasil, e nesse sentido são trajetórias de brasileiros atualizando o horizonte de oportunidades aberto aos brasileiros. Logo, exemplares desse horizonte.¹

Caso 1: por necessidade

Marlene Costa nasceu em maio de 1939 numa pequena cidade, na verdade um bairro rural de um vilarejo no interior de Minas Gerais. Terceira de 12 filhos, quase não sobreviveu ao parto. Uma seca prolongada prejudicava a colheita da cana no ano anterior e seu pai, trabalhador agrícola desde os 10 anos de idade, por meses não conseguira o suficiente para alimentar a família. Nas últimas semanas da gestação os Costa tinham vivido da ajuda de vizinhos, de duas tias distantes, de programas assistenciais da Igreja Católica e de um programa emergencial do governo Vargas, que, por meio dos políticos locais, distribuía charque, farinha e rapadura aos indigentes da região. Quando Marlene nasceu, sua mãe, que media 1,60 metro, pesava 49 quilos. Para completar, a criança não virara em sua barriga, e quando o médico chegou para o parto, realizado na tapera da família com o auxílio de duas irmãs de dona Carlota Costa, viu-se diante da fatalidade. Prenunciou a morte de ambas. Mas Marlene, que vinha ao mundo pesando pouco mais de 1,6 quilo, mesmo de cócoras encontrou o caminho para a luz. Tendo o peito seco, dona Carlota alimentou a menina com o leite da cabra de uma de suas tias.

As coisas melhorariam ainda naquele ano para a família Costa. Seu Amâncio, pai de Marlene, homem carismático, religioso, reto, rigoroso com os filhos, havia sido fiel a um dos chefes locais até 1937, votando com ele desde menino "por consciência", e depois porque o chefe o honrara com o apadrinhamento de Silvio e Francisco, seus primogênitos. Alçado a importante posição de mando, o chefe alistou seu Amâncio nas frentes de trabalho para os flagelados da estiagem, e o salário que o pai de Marlene recebeu a partir dali engordaria de muitas maneiras a família, e dona Carlota, então com 22 anos, engravidaria do quarto filho.

Seu Amâncio encontrou seu destino nas frentes de trabalho. Em criança costumava brincar de entalhar pés de cana com o facão que seu pai trazia do **leito**, e fazia trançados com tiras de cascas de **cana-caiana** que viravam miniaturas de mesas, cadeiras, pontes, canoas. Com o tempo, e sempre consigo mesmo, passara a picar madeira, trançar madeira, fabricar pequenos artefatos para seu mundo particular. Eram **cangas** para "cavalgar" lagartixas, carros de boi puxados por sapos, charretes para besouros, mataburros sobre canais cavados pela enxurrada, passadiços sobre os "abismos" abertos pela erosão da terra nos rios que secavam. Seu Amâncio, sabe-se lá por que mecanismo da sorte, era um autodidata da artefaria, e isso o salvaria da morte certa nos canaviais.

Já não mais flagelado, e sob a proteção do chefe seu compadre, certa feita foi enviado para o trabalho de contenção de uma encosta pedregosa numa serra próxima, que ruíra com as chuvas que enfim haviam caído e ameaçava vir abaixo e soterrar a única estrada que ligava sua cidade ao mundo civilizado. Tendo recebido a incumbência de auxiliar na armação das amarras de madeira que sustentariam o maciço de rocha 30 metros acima da estrada, seu Amâncio não concordou com a solução proposta pelo mestre de obras. Tinha quatro filhos (a segunda menina nascera três meses antes), o quinto a caminho, não colocaria a própria vida em risco numa empreitada que, ele tinha certeza, traria abaixo a encosta, soterrando a todos. Seu Amâncio era **mulato, filho de negro e mestiça branca**, trisavô escravo. Sendo ostensivamente ameaçado pelo chicote do capataz, em tese arma para açular cavalos, mas cuja empunhadura era empregada como cassetete contra os trabalhadores sempre que a ordem parecia em perigo, viu seus companheiros partirem para cima de seu algoz dizendo que a es-

cravidão havia acabado, que eles ouviam o programa do governo no rádio, que **agora havia os direitos**.² Armado o tumulto, os trabalhadores solidários com um Amâncio assustado e temeroso, a obra foi suspensa até a vinda do engenheiro responsável.

O "doutor" recebeu uma lista dos "subversivos", seu Amâncio em primeiro lugar. O engenheiro, que era primo do **compadre** de seu Amâncio (agora **prefeito** da cidade), convocou-o para explicações. O pai de Marlene não entendia nada de encostas, rochas, movimentos tectônicos, terremotos. Mas **entendia de madeira**, e mostrou ao "doutor" os **riscos da amarração** sugerida pelo mestre de obras. Trouxe gravetos, armou duas maquetes, uma com o projeto de risco e outra com o que ele imaginava mais adequado, pôs sobre cada uma o mesmo bloco de rocha e provou seu ponto. Sua estrutura de apoios e escoras era mais estável e permitia a construção de uma rede de escoras mais eficiente, mais barata e mais elegante. Depois disso seu Amâncio tornou-se **o construtor oficial de estruturas de madeira da prefeitura da cidade**. Pontes, passarelas, fundações, telhados, o novo coreto da praça, tudo passava por suas hábeis mãos. Em 1943 foi efetivado como **funcionário da prefeitura** e até sua **aposentadoria**, 40 anos depois, ganharia os mesmos **dois salários mínimos por mês**, dinheiro com o qual sustentaria a família até Marlene começar a melhorar de vida.

Diferentemente de seus outros 11 irmãos e irmãs, **Marlene nasceu branca de olhos cor de mel**. Depois de alguns meses, e tendo vencido uma pneumonia dupla, tornou-se um bebê rosado e ágil, de cabelos claros e olhos azulados, se bem que muito franzina de corpo e de aparência quebradiça. Os cabelos escureceriam com os anos, e seus olhos ganhariam uma cor esverdeada incomum, transparente, ao mesmo tempo profunda e intangível, densa como devem ter sido, naquele tempo, as florestas das serras mineiras no verão, mas ao mesmo tempo aerada e desgarrada desse mesmo chão, como se fora sua antítese. Nascida de uma nada improvável (nem incomum no Brasil) sucessão de **genes recessivos**, Marlene foi tratada por sua família, pelos vizinhos e por sua inteira e pequena cidade serrana natal como uma **flor rara**. Era a "alemoa" dos Costa. Truncado para "**lemoa**" e depois "**Lemô**", o apelido seguiria com Marlene pelo resto da vida, a ponto de ela mesma não responder quando a chamavam pelo nome.

Lemô continuou franzina, frágil e enfermicha, mas suas determinação e obstinação chamaram a atenção do padre do povoado desde tenra idade. Aos quatro anos, já com cinco irmãos e o sexto a caminho, subia com a mãe a longa colina que levava à igreja, sentava-se ao lado das beatas, rezava com elas, cantava seus cânticos, e apenas uma vez protestou (e ruidosamente) por não ganhar a comunhão. Alertada pelo padre de que a arrelia desgostava a Deus, jamais faria outra birra nos chãos da igreja. Mas aos seis anos enfim comungava, tendo aprendido todas as orações e juras de ouvido nas novenas semanais que sua mãe, suas tias e amigas, em rodízio, organizavam. Aos sete anos começou a cantar no coro da igreja.

Aos sete anos também começou a estudar. Mas a Lemô não interessavam as coisas deste mundo. Queria estudar para entender a Bíblia, já que soletrar as palavras impressas no exemplar que o padre lhe presenteara em seu sexto aniversário ela já era capaz há muito. Mas juntar as palavras e retirar delas um sentido qualquer estava além de suas forças. Era preciso ir à escola. Ela estudou até os 12 anos, terminando o primeiro ciclo, que naquele tempo era de cinco anos, e mais adiante não foi, porque isso era tudo que o povoado tinha para oferecer a pessoas pobres como ela, maioria da população. Mas, ao contrário dos filhos da gente de posses dali, que, querendo, podiam continuar os estudos na cidade mais próxima ou na capital, Lemô, mesmo se tivesse posses, talvez não tivesse estudado mais. Aos 12 anos era a chefe do coral da igreja. Sua voz parecia brotar de uma alma descarnada, já que seu corpo franzino não parecia capaz de tamanha potência, limpidez e afinação, de modo que só podia ser dom de Deus, e o padre já traçara seu destino: ela se casaria com Cristo, e retribuiria, para o resto de seus dias, a bênção de ter sobrevivido a tantos infortúnios. Lemô não tem certeza se seu Amâncio tinha planos diferentes para ela, se lhe augurava outro destino. Mas ela está segura de que ele estava feliz com o que Deus lhe concedera, uma filha como um anjo, agora sob a proteção da Igreja Católica, portanto ao abrigo das intempéries que se imporiam, por obrigação, a seus outros filhos. Ela está segura também de que não teria mudado de rota não fosse o acidente de seu pai. Estava destinada a Cristo, queria estar com Cristo, viveria para ele.

Ela já trabalhava nas obras da igreja e revelara especial talento e minúcia na elaboração de diversos tipos de artesanato em tecido: colchas de fu-

xico, toalhas de mesa feitas com minúsculos retalhos coloridos costurados a mão, panos de prato, passadores, guardanapos. Em tudo Lemô imprimia um toque pessoal: uma fita colorida costurada na diagonal de uma cortina, uma combinação inusitada de cores, uma forma inesperada para os aventais de cozinha. Tudo para a glória de Deus. Certa ocasião, não tendo roupa para a quermesse da paróquia, costurou seu próprio vestido com restos dos tecidos do artesanato. Lemô tinha 13 anos. Sua mãe estava em casa, doente de uma complicada nona gravidez. Seus dois irmãos mais velhos tinham vindo à quermesse e se tinham espantado com seu vestido multicolorido. Sílvio, o primogênito, quis arrancá-la da festa aos safanões, mas o padre lhe fez ver que rameira não era qualificativo adequado para aquele anjo sobre a terra. Em meio à algazarra chegou a notícia do acidente.

A ponte que seu Amâncio construía cedera num ponto inesperado, e um dormente descera sobre seu ombro direito, fraturando ossos e rompendo órgãos internos. Ele fora levado a um hospital na capital, sofrera várias cirurgias e estava em estado grave. Tudo isso se havia passado três dias antes, de modo que ele talvez já não estivesse vivo. Lemô fez, então, uma promessa. De joelhos sobre o barro de fim de festa, prometeu abdicar de seu destino se Deus preservasse seu pai. Viveria uma vida comum, sofreria como seus irmãos, deixaria o paraíso em que até ali habitara. No dia seguinte veio a notícia de que seu pai perdera um rim e parte de um pulmão, mas estava vivo. Em suas próprias palavras, depois de 13 anos vivendo o mundo dos anjos, Lemô foi trazida de volta à terra, e da noite para o dia. Não pensava em abandonar a igreja, seus ofícios e serviços. Apenas abdicaria de casar-se com Cristo, e isso era o maior sacrifício que uma criança como ela poderia ter feito.

A doença do pai, contudo, tornaria as coisas bem mais difíceis para a família Costa. Quando do nascimento do quinto filho, anos antes, os dois salários mínimos de seu Amâncio há muito já não chegavam para as despesas, e ele se vira obrigado a realizar pequenos serviços para os poderosos da cidade. Mesas, cadeiras, bancos de fazenda, telhados, cercas, pontes... Quando o primogênito fez 12 anos começou a ajudar o pai, e o segundo filho também começaria a trabalhar um ano depois. Mas, com o acidente, esses extras, que na verdade configuravam jornadas extensas de trabalho diário, desapareceram, ao passo que as bocas para alimentar se tinham

Lemô continuou franzina, frágil e enfermeira, mas suas determinação e obstinação chamaram a atenção do padre do povoado desde tenra idade. Aos quatro anos, já com cinco irmãos e o sexto a caminho, subia com a mãe a longa colina que levava à igreja, sentava-se ao lado das beatas, rezava com elas, cantava seus cânticos, e apenas uma vez protestou (e ruidosamente) por não ganhar a comunhão. Alertada pelo padre de que a arrelia desgostava a Deus, jamais faria outra birra nos chãos da igreja. Mas aos seis anos enfim comungava, tendo aprendido todas as orações e juras de ouvido nas novenas semanais que sua mãe, suas tias e amigas, em rodízio, organizavam. Aos sete anos começou a cantar no coro da igreja.

Aos sete anos também começou a estudar. Mas a Lemô não interessavam as coisas deste mundo. Queria estudar para entender a Bíblia, já que soletrar as palavras impressas no exemplar que o padre lhe presenteara em seu sexto aniversário ela já era capaz há muito. Mas juntar as palavras e retirar delas um sentido qualquer estava além de suas forças. Era preciso ir à escola. Ela estudou até os 12 anos, terminando o primeiro ciclo, que naquele tempo era de cinco anos, e mais adiante não foi, porque isso era tudo que o povoado tinha para oferecer a pessoas pobres como ela, maioria da população. Mas, ao contrário dos filhos da gente de posses dali, que, querendo, podiam continuar os estudos na cidade mais próxima ou na capital, Lemô, mesmo se tivesse posses, talvez não tivesse estudado mais. Aos 12 anos era a chefe do coral da igreja. Sua voz parecia brotar de uma alma descarnada, já que seu corpo franzino não parecia capaz de tamanha potência, limpidez e afinação, de modo que só podia ser dom de Deus, e o padre já traçara seu destino: ela se casaria com Cristo, e retribuiria, para o resto de seus dias, a bênção de ter sobrevivido a tantos infortúnios. Lemô não tem certeza se seu Amâncio tinha planos diferentes para ela, se lhe augurava outro destino. Mas ela está segura de que ele estava feliz com o que Deus lhe concedera, uma filha como um anjo, agora sob a proteção da Igreja Católica, portanto ao abrigo das intempéries que se imporiam, por obrigação, a seus outros filhos. Ela está segura também de que não teria mudado de rota não fosse o acidente de seu pai. Estava destinada a Cristo, queria estar com Cristo, viveria para ele.

Ela já trabalhava nas obras da igreja e revelara especial talento e minúcia na elaboração de diversos tipos de artesanato em tecido: colchas de fu-

xico, toalhas de mesa feitas com minúsculos retalhos coloridos costurados a mão, panos de prato, passadores, guardanapos. Em tudo Lemô imprimia um toque pessoal: uma fita colorida costurada na diagonal de uma cortina, uma combinação inusitada de cores, uma forma inesperada para os aventais de cozinha. Tudo para a glória de Deus. Certa ocasião, não tendo roupa para a quermesse da paróquia, costurou seu próprio vestido com restos dos tecidos do artesanato. Lemô tinha 13 anos. Sua mãe estava em casa, doente de uma complicada nona gravidez. Seus dois irmãos mais velhos tinham vindo à quermesse e se tinham espantado com seu vestido multicolorido. Sílvio, o primogênito, quis arrancá-la da festa aos safanões, mas o padre lhe fez ver que rameira não era qualificativo adequado para aquele anjo sobre a terra. Em meio à algazarra chegou a notícia do acidente.

A ponte que seu Amâncio construía cedera num ponto inesperado, e um dormente descera sobre seu ombro direito, fraturando ossos e rompendo órgãos internos. Ele fora levado a um hospital na capital, sofrera várias cirurgias e estava em estado grave. Tudo isso se havia passado três dias antes, de modo que ele talvez já não estivesse vivo. Lemô fez, então, uma promessa. De joelhos sobre o barro de fim de festa, prometeu abdicar de seu destino se Deus preservasse seu pai. Viveria uma vida comum, sofreria como seus irmãos, deixaria o paraíso em que até ali habitara. No dia seguinte veio a notícia de que seu pai perdera um rim e parte de um pulmão, mas estava vivo. Em suas próprias palavras, depois de 13 anos vivendo o mundo dos anjos, Lemô foi trazida de volta à terra, e da noite para o dia. Não pensava em abandonar a igreja, seus ofícios e serviços. Apenas abdicaria de casar-se com Cristo, e isso era o maior sacrifício que uma criança como ela poderia ter feito.

A doença do pai, contudo, tornaria as coisas bem mais difíceis para a família Costa. Quando do nascimento do quinto filho, anos antes, os dois salários mínimos de seu Amâncio há muito já não chegavam para as despesas, e ele se vira obrigado a realizar pequenos serviços para os poderosos da cidade. Mesas, cadeiras, bancos de fazenda, telhados, cercas, pontes... Quando o primogênito fez 12 anos começou a ajudar o pai, e o segundo filho também começaria a trabalhar um ano depois. Mas, com o acidente, esses extras, que na verdade configuravam jornadas extensas de trabalho diário, desapareceram, ao passo que as bocas para alimentar se tinham

multiplicado: agora já eram nove filhos mais os dois adultos. Os meninos se haviam engajado no trabalho da cana, mas a paga para crianças era pouca, os dois ganhavam, juntos, menos de meio salário mínimo. Nesse quadro, Lemô, que o pai proibira de seguir os irmãos no eito, e sem que ninguém lhe pedisse, começou a costurar para fora.

O padre ajudou no início, comprando tecidos e aviamentos para que ela produzisse e vendesse suas próprias peças artesanais. Mas isso não era suficiente, a renda era pouca. Num dia para ela inesquecível, à saída da missa de domingo, uma antiga amiga de escola, neta do prefeito da cidade, perguntou-lhe onde ela comprara aquele lindo vestido colorido. Cheia de orgulho, disse que ela mesma tinha costurado. Diante do desdém da amiga, disse que faria outro igualzinho para ela se ela quisesse. Três dias depois o vestido era entregue na casa da filha do prefeito, mãe da menina, que, espantada com aquele presente e com a qualidade do vestido, viria pessoalmente à casa dos Costa pagar pela peça. Eles moravam numa paupérrima tapera nos arrabaldes da cidade, e Lemô sentiu vergonha. Não de si mesma, mas da situação de sua família. Seu pai merecia mais. Aceitou o dinheiro da madame e jurou por Deus que tiraria a família dali.³

Todos na cidade conheciam os dotes da flor rara dos Costa, provados por anos nos cânticos das missas de sábado e domingo. E todos respeitavam seu Amâncio e dona Carlota, que, na pobreza, estavam criando os filhos com distinção, honradez e rigor absolutos. É assim que Lemô explica sua rápida notoriedade como costureira. Aos 15 anos, corpo feito, casta, de uma beleza rara e frágil, cortejada por todos os jovens da cidade, dos mais pobres aos mais ricos, costurava para todos os que pudessem pagar, e já ganhava perto de um salário mínimo por mês. Em conjunto com a renda do canavial, trazida por dois de seus irmãos, a vida dos Costa deixou de ser uma penúria constante.⁴ Lemô celebraria seus 17 anos com seus pais e 10 irmãos em outra casa, agora situada próxima à igreja e com dois quartos e uma sala grande, além da cozinha com fogão a lenha de ferro fundido (na tapera anterior o fogão fora construído por seu Amâncio com tijolos de barro). O aluguel era pago por ela. Por essa época ela também financiava os estudos de duas de suas irmãs mais novas, que precisavam se deslocar todos os dias de charrete até uma cidade próxima, e enviaria, pouco depois, dois irmãos para a capital para “fazer o Seminário”.⁵

Aos 18 anos Lemô ganhou o título de moça mais bonita da cidade e ficou noiva do filho de um dos herdeiros do segundo maior canavial da região, com quem namorava desde os 16 anos. O casamento foi marcado para dali a dois anos. Ela trabalhava de seis da manhã às 11 da noite todos os dias, mas encontrou espaço para costurar seu próprio enxoval, seu vestido de noiva e também os de sua mãe, madrinhas, damas de honra e algumas convidadas da família que vieram dos arredores para o casamento. Lemô, de modo não deliberado, se especializara em roupas para mulheres. E queria surpreender o marido e sua rica família, mostrar que podia manter-se por si mesma.

Apesar do casamento de sonhos que a aguardava, sua vida e a de sua família eram muito apertadas. Aos 19 anos ela financiava o estudo de quatro irmãos (dois homens e duas mulheres), e duas das três irmãs caçulas logo chegariam à idade de ter de deixar a cidade para estudar. E Lemô alimentava o firme propósito de garantir o estudo também dos outros irmãos mais novos, tudo isso ganhando cerca de dois salários mínimos por mês. Com isso o dinheiro era insuficiente e, embora ela não tivesse razões para imaginar que seu pai se preocupasse com o que poderia acontecer consigo e os demais depois do casamento,⁶ ela se preocupava. Não tinha certeza se o noivo a deixaria trabalhar como estava acostumada, nem se ele, caso a proibisse de trabalhar, assumiria as despesas da casa de seus pais, em especial a educação de seus irmãos.

Quatro meses antes do casamento, o avô de Paulo (futuro marido de Lemô) morreu no que parecia um acidente de automóvel. Muito depois se saberia que ele se suicidara, jogando sua Rural Willys numa garganta da serra que circundava a cidade. O pai de Paulo e seus cinco irmãos, herdeiros de imenso canavial, descobriram-se, na verdade, senhores de dívidas que o banco finalmente conseguira meios judiciais de execução. Paulo, então com 21 anos, e que, como Lemô, deixara a escola tendo completado apenas o primeiro ciclo (cinco anos de estudo), e que ajudava o pai no trato dos negócios do canavial, viu-se, de uma hora para a outra, sem emprego e sem propriedades. Quis cancelar o casamento, mas Lemô não aceitou. Viu nisso desígnio divino, uma nova provação. Deus estaria aumentando o custo de sua promessa e impondo obstáculos para testar sua perseverança. Isso só mostrava o acerto de sua decisão de sete anos antes, e ela perseveraria.⁷

multiplicado: agora já eram nove filhos mais os dois adultos. Os meninos se haviam engajado no trabalho da cana, mas a paga para crianças era pouca, os dois ganhavam, juntos, menos de meio salário mínimo. Nesse quadro, Lemô, que o pai proibira de seguir os irmãos no eito, e sem que ninguém lhe pedisse, começou a costurar para fora.

O padre ajudou no início, comprando tecidos e aviamentos para que ela produzisse e vendesse suas próprias peças artesanais. Mas isso não era suficiente, a renda era pouca. Num dia para ela inesquecível, à saída da missa de domingo, uma antiga amiga de escola, neta do prefeito da cidade, perguntou-lhe onde ela comprara aquele lindo vestido colorido. Cheia de orgulho, disse que ela mesma tinha costurado. Diante do desdém da amiga, disse que faria outro igualzinho para ela se ela quisesse. Três dias depois o vestido era entregue na casa da filha do prefeito, mãe da menina, que, espantada com aquele presente e com a qualidade do vestido, viria pessoalmente à casa dos Costa pagar pela peça. Eles moravam numa paupérrima tapera nos arredores da cidade, e Lemô sentiu vergonha. Não de si mesma, mas da situação de sua família. Seu pai merecia mais. Aceitou o dinheiro da madame e jurou por Deus que tiraria a família dali.³

Todos na cidade conheciam os dotes da flor rara dos Costa, provados por anos nos cânticos das missas de sábado e domingo. E todos respeitavam seu Amâncio e dona Carlota, que, na pobreza, estavam criando os filhos com distinção, honradez e rigor absolutos. É assim que Lemô explica sua rápida notoriedade como costureira. Aos 15 anos, corpo feito, casta, de uma beleza rara e frágil, cortejada por todos os jovens da cidade, dos mais pobres aos mais ricos, costurava para todos os que pudessem pagar, e já ganhava perto de um salário mínimo por mês. Em conjunto com a renda do canavial, trazida por dois de seus irmãos, a vida dos Costa deixou de ser uma penúria constante.⁴ Lemô celebraria seus 17 anos com seus pais e 10 irmãos em outra casa, agora situada próxima à igreja e com dois quartos e uma sala grande, além da cozinha com fogão a lenha de ferro fundido (na tapera anterior o fogão fora construído por seu Amâncio com tijolos de barro). O aluguel era pago por ela. Por essa época ela também financiava os estudos de duas de suas irmãs mais novas, que precisavam se deslocar todos os dias de charrete até uma cidade próxima, e enviaria, pouco depois, dois irmãos para a capital para “fazer o Seminário”.⁵

Aos 18 anos Lemô ganhou o título de moça mais bonita da cidade e ficou noiva do filho de um dos herdeiros do segundo maior canavial da região, com quem namorava desde os 16 anos. O casamento foi marcado para dali a dois anos. Ela trabalhava de seis da manhã às 11 da noite todos os dias, mas encontrou espaço para costurar seu próprio enxoval, seu vestido de noiva e também os de sua mãe, madrinhas, damas de honra e algumas convidadas da família que vieram dos arredores para o casamento. Lemô, de modo não deliberado, se especializara em roupas para mulheres. E queria surpreender o marido e sua rica família, mostrar que podia manter-se por si mesma.

Apesar do casamento de sonhos que a aguardava, sua vida e a de sua família eram muito apertadas. Aos 19 anos ela financiava o estudo de quatro irmãos (dois homens e duas mulheres), e duas das três irmãs caçulas logo chegariam à idade de ter de deixar a cidade para estudar. E Lemô alimentava o firme propósito de garantir o estudo também dos outros irmãos mais novos, tudo isso ganhando cerca de dois salários mínimos por mês. Com isso o dinheiro era insuficiente e, embora ela não tivesse razões para imaginar que seu pai se preocupasse com o que poderia acontecer consigo e os demais depois do casamento,⁶ ela se preocupava. Não tinha certeza se o noivo a deixaria trabalhar como estava acostumada, nem se ele, caso a proibisse de trabalhar, assumiria as despesas da casa de seus pais, em especial a educação de seus irmãos.

Quatro meses antes do casamento, o avô de Paulo (futuro marido de Lemô) morreu no que parecia um acidente de automóvel. Muito depois se saberia que ele se suicidara, jogando sua Rural Willys numa garganta da serra que circundava a cidade. O pai de Paulo e seus cinco irmãos, herdeiros de imenso canavial, descobriram-se, na verdade, senhores de dívidas que o banco finalmente conseguira meios judiciais de execução. Paulo, então com 21 anos, e que, como Lemô, deixara a escola tendo completado apenas o primeiro ciclo (cinco anos de estudo), e que ajudava o pai no trato dos negócios do canavial, viu-se, de uma hora para a outra, sem emprego e sem propriedades. Quis cancelar o casamento, mas Lemô não aceitou. Viu nisso designio divino, uma nova provação. Deus estaria aumentando o custo de sua promessa e impondo obstáculos para testar sua perseverança. Isso só mostrava o acerto de sua decisão de sete anos antes, e ela perseveraria.⁷

Lemô engravidou com três meses de casada. Continuava a ajudar os pais e os irmãos, mas as coisas se tinham feito mais difíceis. **Trabalhando 10 horas por dia**, não ganhava o suficiente para sustentar a nova casa e os estudos de cinco irmãos. Verdade que seu **Amâncio retomara seus bicos e dona Carlota começara a lavar roupa para fora**. Como o irmão mais velho se casara e o segundo continuava vivendo com a amante, as despesas haviam caído um pouco. Eram, agora, 11 bocas para alimentar, e a renda dos pais garantia boa parte do alimento. Mas não todo ele. Lemô continuava ajudando. Por seu lado, o marido Paulo empregou-se numa das fazendas como motorista dos caminhões que levavam a cana-de-açúcar até os engenhos, todos situados a longa distância da cidade. Ocorria de ele passar semanas fora, juntando um frete no outro, e Lemô trabalhava sozinha na **casa que haviam alugado na fronteira da parte mais pobre da cidade**.

Sua rotina era monástica. Acordava às cinco horas da manhã, ia a pé para a casa dos pais (situada a três quilômetros de distância) ajudar na preparação do café da manhã dos irmãos e da marmita que seu pai levava para o trabalho. Às sete horas estava em casa trabalhando. Levantava da máquina de costura apenas para lancha e almoçar. Onze da noite parava, lia a Bíblia até meia-noite e ia dormir. Continuava costurando cortinas, panos de prato, toalhas de mesa e miudezas domésticas, e vez por outra recebia encomenda mais alentada. O vestido de noiva de seu casamento, por ela confeccionado, fora um sucesso, e algumas moças da cidade, não podendo pagar por um modelo da costureira mais famosa da região, vinham a ela em busca de algo modesto, porém de bom gosto. Mas essas eram encomendas raras. Desde a **quebra da fazenda de seu sogro**, a cidade vivia tempos difíceis. A pobreza aumentara, muita gente migrara para a capital ou outras cidades do interior do estado, e poucos podiam pagar por vestidos sob medida, mesmo que modestos. Lemô crê que continuava ganhando, por essa época (início dos anos 1960), menos de dois salários mínimos.⁸ Ela e os seus não passavam fome, mas o dinheiro não dava para outras coisas, com o que ela costurava também as roupas de seus pais e irmãos.

Quando seu primeiro filho nasceu, seu marido Paulo propôs que se mudassem **para uma cidade maior**. Em suas andanças ele fora convencido por um compadre de seu pai de que a cidade onde este morava estava crescendo muito rápido, que havia muitas oportunidades para alguém como

ele, Paulo, filho de fazendeiro com experiência em administração. O compadre estava inclusive disposto a aceitá-lo como sócio no que ele denominou "o empreendimento do futuro", uma **fábrica de beneficiamento de algodão**. Paulo foi convencido de que **gado, café e cana** já não dariam camisa a ninguém neste país, e de que o futuro estava no algodão. Ele tinha planos mirabolantes de vender algodão para os Estados Unidos, e Paulo aceitou o convite sem consultar a esposa. Lemô, embora temerosa da aventura e do risco, e lamentando deixar sua família, seguiu o marido, com isso dando o passo que mudaria sua vida completamente.

O negócio de Paulo foi bem, pelo menos no início. Contudo, como ele não entrara na sociedade com capital, mas apenas com trabalho, ficava com parte diminuta dos lucros. Lemô crê que **a renda do marido não chegasse a três salários mínimos por mês no primeiro ano**. Mas fora suficiente para as novas despesas (agora que ela precisara começar do zero e ainda não tinha clientes para sua costura) e ainda sobrava algum para ajudar os pais. Esse era um arranjo complexo, eles estavam separados por 400 quilômetros de estrada de terra, sujeitos a pesadas intempéries, de modo que a viagem de ônibus podia durar um dia inteiro. Mas Lemô os visitava pelo menos cinco vezes por ano, e passava as festas de fim de ano com eles, sempre levando dinheiro vivo na mala.

Desde que aportara na nova cidade, Lemô frequentava diariamente a **igreja católica**. Como em sua cidade natal, em pouco tempo já ajudava nas obras de caridade, e foi assim que formou sua **nova rede de clientes**. No aniversário da cidade, primeiro de que participou, coube-lhe fazer as roupas das damas de honra que levariam a "chave da cidade" até o altar (ela não se lembra quem a receberia). Encarou o evento como uma **oportunidade de mostrar seu trabalho**, e gastou as economias de seis meses na compra de tecidos especiais e na encomenda de bordados a uma amiga de igreja. Os **vestidos causaram furor na festa**, e a partir dali ela passaria, uma vez mais, a **viver de seu trabalho**. Quando a **algodoeira faliu**, em meados dos anos 1960 (segundo Lemô por administração fraudulenta do sócio de seu marido), **ela já tinha alguma reputação na cidade e passara a costurar para parte da elite local**.

Em fins dos anos 1960 Lemô tinha **seis filhos** (a sétima nasceria em 1975), e trouxera quatro de seus irmãos mais jovens para estudar na cida-

de,⁹ que, como vaticinara o compadre do pai de seu marido, prosperara. Havia agora uma **universidade federal**, uma rede escolar pública de qualidade e emprego para quem quisesse trabalhar. À medida que a clientela aumentava, as coisas melhoravam para a família, embora em ritmo mais lento do que talvez fosse o caso se ela não tivesse tomado a si a educação de tantas pessoas. Ainda assim, antes da **virada da década de 1970** Lemô **já tinha um ateliê digno do nome**, embora improvisado na garagem da terceira casa que ocupavam desde a chegada na cidade. Mas era espaço grande, com divisórias separando as máquinas do provador e este da sala de atendimento das freguesas. Lemô continuava costurando apenas para **mulheres, especializando-se em roupas de festa e casamento**. Vestia noivas, suas mães, madrinhas, damas de honra e, havendo tempo, as convidadas mais ilustres. **Em 1971 ela já empregava quatro ajudantes no ateliê (nenhuma com carteira assinada)**. Em 1973 começou a construir sua própria casa, agora com ateliê anexo desenhado segundo suas necessidades, e em 1975 mudou-se para o que imaginava fosse sua morada definitiva. **Empregava seis pessoas (sempre sem carteira)**, e **continuava trabalhando 16 horas por dia**.

Alçada à **classe média da cidade**, desenvolta, bem-falante, religiosa e imiscuída em múltiplas ações de caridade, da igreja ou de iniciativa dos cidadãos,¹⁰ Lemô era uma liderança natural, embora sem ambições de sê-lo. Frequentava as rodas mais ricas da cidade, não apenas porque acompanhava as noivas que vestia, mas porque era convidada para as fazendas, casas de veraneio ou de praia de suas freguesas, que eram também suas amigas e confidentes, sempre solicitando-a para “aconselhamento espiritual”.¹¹ Seu marido Paulo viveu às voltas com fracassos econômicos mais ou menos sérios, e já nos anos 1980, estando os filhos estudando em Belo Horizonte ou São Paulo e os irmãos quase todos casados, esse seria o principal (mas não único) empecilho ao efetivo enriquecimento do casal. Não que Lemô o desejasse. Mas essa teria sido a consequência natural do curso de suas vidas: não apenas frequentar, mas **ser parte da elite econômica da cidade**. Em seu **modo de interpretar sua trajetória**, Lemô vê aí, também e como em tudo o mais, a mão de Deus. Tinha cumprido sua **promessa. Dera uma vida digna a seus pais e condições para que seus irmãos também trilhassem seus caminhos em condições melhores do que ela mesma encontrara no início**. **Criara sete filhos** nas mesmas condições e, se dois deles não completaram

a universidade, fora por escolha própria, não por injunções econômicas. **Enriquecer nunca estivera em seus planos, nem ambições**.

Seu **primeiro e sério revés veio com a crise de 1981-1983**. Com muito esforço ela havia conseguido comprar três terrenos numa região da cidade que, todos vaticinavam, se valorizaria à medida que a cidade se expandisse. Mas a recessão faliu seu marido uma vez mais e ela precisou vender os terrenos para pagar as dívidas da empresa. A queda na demanda por seus vestidos obrigou-a a lançar mão das economias poupadas na Caixa Econômica Federal e, ao final da crise, a família estava em situação bem pior do que no início dos anos 1970. Mas a recuperação dos anos seguintes, principalmente durante o Plano Cruzado (1986), trouxe nova prosperidade, em especial porque, **por indicação de um deputado federal da cidade, Paulo conseguiria emprego numa autarquia federal**, e por quatro anos teria uma renda regular, ainda que pequena. Importa que, por todo esse período, Lemô não precisou ajudar seu marido, e acumularia o suficiente para **comprar novos terrenos** e dar início à construção de uma casa nova, maior, mais confortável, com piscina e sauna e planejada por uma arquiteta de seu grupo religioso, que ofereceu gratuitamente o projeto. A construção foi suspensa durante a **crise de 1990/1991**, quando o governo Collor sequestrou **os recursos da poupança** e das contas-correntes dos brasileiros, mas, em 1992, Lemô, o marido e dois dos sete filhos que ainda viviam com eles se mudaram para a casa nova.

No ano seguinte (1993) Paulo **recomeçou sua vida de beneficiador de algodão**, agora com um sobrinho como sócio. A máquina de beneficiamento e o silo de armazenagem foram comprados por Lemô, e nesse ponto é importante salientar que, **estabelecida informalmente a vida inteira, sem registro de sua empresa e sem histórico de impostos, ela não tinha como comprovar renda**. Ainda assim, o volume de recursos que movimentava, aliado a seu **trânsito pela elite local**, lhe havia permitido, ao longo dos anos, acesso a linhas de crédito bancário para pequenas despesas, como a aquisição de automóveis ou a reposição de máquinas de costura em seu ateliê. Não lhe foi difícil levantar os recursos para a máquina de algodão e também para o capital de giro da empresa. Como garantia, ela oferecera as **escrituras dos cinco terrenos** comprados nos anos anteriores.

Em 1994 a empresa já era lucrativa, mas Paulo achou melhor capitalizar o negócio em lugar de saldar a dívida com o banco. Investiu em novos equipamentos. Mas, em 1995, o Plano Real provocaria importante aumento nos juros reais, o que resultaria numa avalanche de falências e quebraadeiras de pequenas e microempresas, que eram os principais compradores de Paulo. Ele e muitos outros pequenos e médios empresários da região também faliram, num efeito dominó cujo resultado, ao final, foi a concentração do setor e a eliminação do pequeno empresário nesse segmento. A diferença desta em relação às falências anteriores de Paulo foi o montante da dívida. Lemô descobriu, desolada, que os lucros da empresa não haviam sido utilizados para saldar parte da dívida, que esta era, na verdade, maior do que ela mesma imaginava etc. O banco executou as garantias e ela ainda foi obrigada a vender a casa que construira nos anos 1970, que lhe rendia um bom aluguel empresarial, para pagar os direitos trabalhistas dos empregados. Ainda assim ficou devendo muito dinheiro, pois todo o negócio estava em seu nome, e, incapaz de pagar e sem meios para propor saídas negociadas a débitos cujos juros reais ultrapassavam 100% ao ano, ela perdeu crédito, teve suas contas fechadas e seu nome foi parar nas listas negras institucionais.¹² Ela trabalharia anos em vão tentando saldar as dívidas com os bancos, e seria surpreendida, em fins dos anos 1990, com a dívida com o poder público, que ela até então desconhecia. Os juros elevados que, durante todo o Plano Real, asfixiaram a atividade produtiva, tinham multiplicado por mais de 30 a dívida de impostos contraída ao longo de 1995, e Lemô, incapaz de pagar, teria seu nome inscrito na lista de devedores da União.

Desde então a vida tornou-se difícil novamente. A restrição do crédito e a queima da poupança reduziram o capital de giro de seu ateliê, e ela não pôde mais aceitar grandes encomendas. Ao longo de sua agonia econômica demitiu quatro funcionárias, mantendo as duas que lhe eram fiéis desde os anos 1970. Vendeu a casa construída com esmero por preço muito baixo para os padrões da construção e comprou casa menor em subúrbio mais distante e de mais difícil acesso. Ademais, ao longo dos anos 1990 e mais intensamente nos anos 2000, a indústria do casamento mudou profundamente. De um lado, as famílias mais ricas da cidade começaram a procurar costureiros renomados em São Paulo ou no Rio de Janeiro, enquanto a

classe média passou a optar, cada vez mais, pelo aluguel dos vestidos de noiva. O aluguel tornou-se opção preferencial dessa classe para roupas de gala em geral e, sem recursos para competir com os grandes costureiros pela preferência dos ricos, Lemô viu-se na contingência de entrar no negócio dos aluguéis, que, voltado para classes menos abastadas, não proporcionava o mesmo retorno financeiro.

A crise dos anos 1990 não afetou apenas Lemô e seu esposo, mas também outros dois filhos, que se viram sem emprego ou empresa de uma hora para outra, um deles sofrendo os mesmos problemas da mãe, acumulando dívidas pública e privada. Este filho, sua esposa e seus quatro filhos, netos de Lemô e Paulo, foram morar com eles em fins dos anos 1990, aumentando os custos familiares num momento de restrição financeira geral. Foi nesse processo que todos trocaram a Igreja Católica por uma confissão pentecostal. Uma das netas de Lemô frequentava, desde adolescente, uma igreja recém-criada na cidade, e ela foi o vetor que atraiu toda a família. Lemô há muito se desiludira com a Igreja Católica, para ela incapaz de responder às dúvidas e carências espirituais dos mais pobres. Na Igreja Pentecostal ela não encontrou apenas conforto pessoal. Encontrou também sólido espírito de grupo, semelhante ao que a acolhera na cidade nos anos 1960, e ações sociais "estruturadas, duradouras e consistentes", como disse em seu segundo depoimento. E, mais importante, a Igreja e seus cultos regulares tinham mantido unida sua família num momento de pressões desagregadoras profundas, que quase haviam custado seu casamento e o de seu filho, ora novamente sob seu teto.

Antes da virada do milênio, prestes a completar 60 anos, Lemô decidiu que precisava treinar sua sucessora. Há muito sua filha caçula a auxiliava no ateliê. Provava noivas, viajava para comprar matérias-primas, pesquisava modelos. Tendo se formado em moda, sabia desenhar roupas e materializar as ideias da mãe. Não tinha a mesma energia de Lemô, nem sua capacidade de trabalho, virar noite se necessário, mas era diligente, bonita como a mãe, carinhosa e simpática com o público. Em meados da primeira década do novo milênio, as duas já trabalhavam juntas como verdadeiras sócias. Impossibilitada de abrir conta bancária e sem crédito, Lemô passou a usar o nome da filha para girar os recursos do ateliê. Com isso conseguiu respirar, e desde então os negócios vêm ganhando

volume. Não, porém, como nos anos 1980, porque suas antigas redes de clientela estão desfeitas, ela já não tem acesso à elite da cidade e está reconstruindo suas condições de vida, sempre na informalidade, a partir de posição social mais enclausurada. Lemô tem perfeita consciência de que a rede construída a partir de sua militância católica era mais extensa socialmente, e mais influente nos destinos da cidade do que aquela onde ela hoje se encontra, uma Igreja Evangélica com quatro templos e pouco mais de 10 mil fiéis, numa cidade que viu sua população ser multiplicada por cinco, tornando-se mais complexa do que aquela que a acolheu como imigrante mais de 40 anos antes. Como, porém, ela não está em busca de redes ou bem-estar material, mas sim conforto espiritual, além de “um meio para fazer o bem aos mais desafortunados” (palavras suas), não pretende deixar sua igreja.

Lemô tem orgulho de ter formado cinco dos sete filhos, todos eles morando em cidades maiores (uma das meninas no exterior), e em melhores condições de vida do que ela mesma. Cinco de seus 11 irmãos também conseguiram terminar a faculdade, proporção que ela sabe ser muito alta no Brasil. Tendo enfrentado infortúnios que não podia controlar (sempre resultado da situação econômica do país), não acumulou riqueza material, mas mede o sucesso de sua trajetória pelas vidas que ajudou a estruturar. Perguntada se deve esse sucesso a alguém ou alguma coisa, diz imediatamente que é tudo obra de Deus. Depois enumera algumas pessoas que encontrou pelo caminho (seu pai, origem de tudo; o padre de sua cidade natal; a filha do prefeito, que comprou seu primeiro vestido; um cônego na cidade atual; o deputado que conseguiu o emprego para Paulo; as pessoas que conheceu na igreja e que lhe abriram as portas da cidade, entre as quais escolheu madrinhas e padrinhos para seus filhos; o conselho do clube da cidade, que abriu as portas para seu primeiro desfile de modas; “e tantas outras pessoas que, depois de 50 anos, é difícil enumerar”), mas ela tem certeza de que todas foram postas ali por Deus. “Construí minha vida e a de meus filhos com a ajuda de Deus. Todos os que cruzaram meu caminho foram instrumentos Dele, na alegria ou na tristeza, e quando rezo peço por todos. Nada que eu fizer vai ser tão grandioso quanto o que Deus fez por mim por meio das pessoas que ele pôs no meu caminho.”¹³

Caso 2: por casualidade

Marcos Santos nasceu em 1942 de pais mestiços, agregados de uma fazenda de algodão no interior do Ceará. Foi o quarto de 16 filhos do mesmo pai com duas esposas sucessivas, cinco dos quais mortos antes de completar cinco anos. A sua era a primeira família, e a mais numerosa (sete irmãos, cinco homens e duas mulheres, sobreviventes de 10 nascidos), e seu pai abandonou sua mãe quando ele tinha oito anos de idade. Ele não tem lembrança do pai, que se mudaria para São Paulo com a nova família e nunca mandaria notícias, mas a mãe dizia que ele era homem violento, que fugira para São Paulo por ter matado gente a mando do dono da fazenda. Marcos começou a trabalhar na colheita do algodão depois da partida do pai. E, como seus irmãos, não frequentava escola.

Talvez por gratidão ao antigo capanga, talvez porque fosse padrinho de todos os filhos homens, o fazendeiro, tratado pela mãe de Marcos por “coronel”, protegia a família. Marcos se recorda de várias ocasiões em que o coronel visitara sua casa, que dividia o terreno, numa região pedregosa da fazenda, com outras casas ocupadas pelos agregados e capangas, que eram também trabalhadores rurais. Em uma ou outra dessas visitas ele trazia presentes, e Marcos se recorda nitidamente de um caminhãozinho vermelho de madeira ganho num aniversário, que ele guardaria como um tesouro até sua partida algum tempo depois. Além disso, ele e os irmãos mais velhos, quando crianças, frequentavam a casa da fazenda e brincavam com os filhos do coronel. Sua mãe às vezes comia por lá. Mas, à medida que cresceram e seus irmãos e ele mesmo começaram a trabalhar, seus destinos e os dos herdeiros se foram apartando, embora sua mãe continuasse frequentando a casa-grande.

A família trabalhava cinco dias por semana no algodão ou nas plantações de mamona e maniçoba do patrão, e dois dias para si mesma na gleba de terra que lhes fora destinada, na mesma região pedregosa (mas fértil), a não ser durante a colheita de uma ou outra cultura, quando não havia tempo para o trabalho para si. Compartilhavam o terreno com os outros agregados, alguns deles familiares de dona Maria (mãe de Marcos): um irmão, algumas sobrinhas, uma tia de quem Marcos gostava especialmente, dois ou três tios e outros parentes mais distantes da mãe e do pai. Todos

dividiam o resultado do plantio da mandioca e do milho, assim como da criação de porcos, cabras e galinhas.

Ao contrário de Lemô, a memória da infância em Marcos não é marcada pela miséria, que sobreviveria apenas em sua adolescência, com a seca que os expulsaria da fazenda. A mesa não era farta, mas não faltava comida. Havia sempre o leite de cabra (ou “de bode”, como ele diz), o pão de milho, a farinha de mandioca que uma das agregadas fabricava, vez por outra uma galinha, carne de porco, feijão que eles trocavam com sitiantes de outras fazendas, a rapadura que o coronel lhes fornecia em troca de um dia a mais de trabalho ou mesmo de graça. Uma vez por ano o patrão matava um boi para os agregados, e a carne era salgada e seca ao sol para o consumo ao longo de algumas semanas. O problema, então, não era a comida, mas as doenças. A água que bebiam provinha de um dos açudes da fazenda, onde também bebia o gado do coronel e sua própria criação, ao que Marcos atribui a precariedade da saúde de todos, das crianças e adultos. Alguém estava sempre acamado, e um de seus irmãos mais velhos morreria de doença desconhecida antes que ele completasse 11 anos. Alguns vizinhos morreram num surto de varíola que assolou a região pela mesma época. Havia também os bichos peçonhentos (cobras, aranhas e escorpiões) e, pior de tudo, barbeiros. Ele foi picado de cobra aos 10 anos, perdeu a conta das picadas de escorpião. Sua mãe, dona Maria, morreria aos 41 anos vítima do mal de Chagas. Ele não tem notícias de suas irmãs mais novas, mas sabe que uma delas tinha a doença e também deve ter morrido cedo.

Sua rotina de trabalho, iniciada aos oito anos, era implacável. Acordava com a mãe e os irmãos às quatro horas da manhã, alimentavam-se bem, e vestidos com roupas de couro e levando luvas gastas de proteção para as mãos caminhavam até uma das plantações, que variava dependendo da época do ano, uma delas situada a mais de três léguas de distância de sua casa. Trabalhavam até as nove horas e faziam uma pausa para o almoço. No prato, invariavelmente, mandioca cozida, farinha de mandioca, toucinho e feijão, por vezes creme de abóbora, ovo cozido, mais raramente charque e, mais raramente ainda, carne-seca. Retomavam o eito às 10 horas, paravam novamente às 14 horas para o lanche (leite de cabra com pão de mandioca ou de milho, às vezes cuscuz de milho ou de coco com tapioca),

e retomavam o trabalho, que terminava às cinco ou seis da tarde, também na dependência da época do ano. De volta à casa, tomavam sopa de raízes, assavam pinhão ou comiam pão. Nove da noite estavam na cama. Essa era a rotina no período de colheitas. Nos outros meses tratavam as plantações, limpavam as pragas, aspergiam o veneno, podavam as plantas atacadas por insetos e fungos. Quando o regime de chuvas permitia plantavam feijão e mandioca nos intervalos das fileiras de pés de mamona (o algodão era sagrado e intocável), e pouco antes de eles deixarem a fazenda o patrão introduziria o cultivo de fumo numa fazenda nova, a mais de 20 léguas de distância, para onde levaria parte dos outros agregados. Marcos nunca trabalhou nessa cultura, mas sua mãe e seus irmãos mais velhos sim, quando da primeira colheita.

Não muito distante da fazenda havia um povoado com algumas poucas casas (talvez 50), uma venda (onde sua mãe comprava o sal e uma ou outra coisa mais), talvez dois ou três bares e uma capela, onde aos domingos os moradores de toda a região iam rezar e que também funcionava como escola. O povoado era, na verdade, um bairro rural de uma vila, que por sua vez era parte de um município de alguma importância no sudoeste do Ceará. Marcos, a família e os outros agregados caminhavam algumas horas para lá chegar, de modo que também aos domingos acordavam às quatro da manhã. A missa era celebrada, quase sempre, por um capelão leigo, e duas ou três vezes por ano um “padre de verdade” aparecia para officiar “missa de verdade”, batizar, receber a confissão e comungar os fiéis (coisa que, apesar de batizado, Marcos nunca fez). Havia ainda outras celebrações ao longo do ano (Festa do Divino, procissão da Semana Santa, vaquejadas), mas o padre raramente comparecia. Depois das missas dominicais havia sempre uma festa, e eles costumavam ficar o dia todo no povoado. Brigas eram comuns, mortes também. Numa dessas festas, e com 11 anos de idade, Marcos provou cachaça pela primeira vez, oferecida por um agregado que cortejava sua mãe. Sufocou com o fogo da aguardente queimando-lhe a língua e o estômago, mas pediu mais, para provar que era “cabra-macho”. Não se recorda de muitas coisas mais sobre essa e outras festas, a não ser o fato de que eram “muito animadas”, com música (um agregado de uma das fazendas tocava sanfona e havia desafios entre repentistas versejadores), comida e muita cachaça.

No dia em que completou 12 anos Marcos foi convocado pelo coronel, que lhe pôs nas mãos uma carabina. Como seu pai tinha sido o melhor atirador que o patrão conhecera, e como Marcos “tinha as fuças e o jeito do pai”, queria ver se o menino herdara a mesma habilidade. E o garoto não decepcionou. Acertou latas e crânios de bois a distância crescente, para gaudir do patrão, e se pavoneou com os irmãos com a notícia de que, quando tivesse tamanho, ajudaria na segurança da fazenda. Essa era uma posição de confiança, os capangas ganhavam salário extra e alguns deles viajavam com o patrão pelas redondezas e para a capital. Era uma maneira de deixar o eito, reduzir as horas sob o sol. Dona Maria, sua mãe, não gostou, bateu nele de vara, uma das muitas surras de que se recorda, e disse que se ele “se alistasse” com o coronel ela iria embora com os outros filhos. Na época Marcos não compreendeu por que, mas hoje sabe que sua mãe estava certa. No Ceará, “destino de cabra armado era a emboscada”, a morte prematura, mesmo em inícios da década de 1950.

Naquele mesmo ano o patrão levou sua família e outras da fazenda para conhecer Juazeiro e rezar na Capela do Santo Sepulcro, mandada construir por padre Cicero. Marcos espantou-se com a devoção dos milhares deromeiros que lotavam a cidade, rezavam aos pés da estátua do Padrinho e faziam penitências por toda parte. Ao penetrar a capela no morro do Horto, espremida pela turba sibilante, sua mãe entrou numa espécie de transe e ele pensou que ela morreria. Foi socorrida pelos fiéis, e depois diria ao “coronel” que tivera uma visão do Padrinho, que lhe fizera algumas confidências sobre sua família e o povo do Ceará. Ele a proibiu de mencionar o assunto com qualquer outra pessoa, ou nunca mais a deixariam sair da cidade. “Essa gente ignorante vai lhe transformar em beata ou santa”, teria dito o patrão.

Marcos não teria tempo de provar-se como atirador. Naquele ano teria início uma longa estiagem, que, tal como sua mãe vaticinara depois do transe em Juazeiro, se estenderia pelo ano seguinte, e antes do fim do ano, apodrecidos o algodão e a mamona, metade dos agregados tinha perdido suas glebas, vendidas pelo patrão para fazer frente a dívidas com o banco. O banco se apropriou também da plantação de fumo, e no início do ano seguinte foi a vez de eles mesmos, dona Maria e seus seis filhos (o mais velho morreria), serem obrigados a deixar a fazenda. Ela estava com 34 anos,

Marcos estava prestes a completar 13. Ele tem nitida memória da partida. O coronel veio até o “pau de arara” para se despedir deles, deu um longo abraço em dona Maria e nele mesmo. Disse que quando as coisas melhorassem mandaria buscá-los na capital, “porque tudo o que um homem tem na vida”, teria dito o coronel, “são as pessoas em quem pode confiar”, e a família Ferreira (Maria, seu ex-marido Fortunato e as crianças) lhe fora leal como só um cão pode ser ao seu dono. Dona Maria recebeu um alforje do coronel contendo farinha de mandioca, rapadura, uma garrafa de cachaça e algum dinheiro.

Marcos nunca mais retornaria ao interior do Ceará, apesar das várias pontas de família deixadas para trás à partida e apesar do desejo sempre renovado de sua mãe. Ele não conhecera os avós maternos, mortos muito cedo, e não tinha relações com os parentes de seu pai, que tinham raízes mais sólidas em sua região natal. A morte de sua mãe sete anos depois fecharia definitivamente as portas de seu passado. Mas ele não o lamenta. Não sofrer “a doença” de querer voltar está na base de sua compreensão de sua própria trajetória bem-sucedida.

Com o destino ruim da fazenda, os dois irmãos mais velhos foram para São Paulo, e Marcos e os demais (um garoto e duas meninas) seguiram com a mãe para Fortaleza, onde um primo do coronel, por ordem deste, os recebeu. O ano era 1956, o país passava por dificuldades econômicas, principalmente na agricultura e nos serviços,¹⁴ e o emprego era escasso. Seu Armando, o primo do ex-patrão, era proprietário de um grande armazém no cais do porto, e apesar da crise acolheu Marcos e seu irmão caçula na estiva. Dona Maria empregou-se na prefeitura como gari, e as filhas mais novas começaram a estudar, às expensas de seu Armando. Meses depois Marcos também iniciaria os estudos numa escola noturna para adultos analfabetos.

Os primeiros meses foram muito difíceis para a família. Seu Armando os acomodara num quarto minúsculo num canto do armazém, sem banheiro e sem janela, infestado de ratos e baratas d'água, e eles dependiam do benfeitor para tudo. Um empregado lhes trazia comida todos os dias, que eles comiam fria. Eram duas refeições por dia (almoço e jantar), e sempre escassas. Ao contrário do tempo da fazenda, e embora apreciasses a súbita liberdade de movimentos e o tempo livre, na cidade Marcos conhe-

ceu a fome. No cais ele se virava, cometia pequenos furtos na feira livre que lhe era contígua, ganhava sobras de marmita dos estivadores. Muitas vezes ajudou jangadeiros no Mucuripe, na outra ponta da orla, em troca de peixes, lagostas e camarões considerados pequenos demais para o comércio. Expedientes que por vezes garantiam rações extras de comida, mas sempre de maneira intermitente.

Quando trocaram o cubículo no armazém por um quarto num cortiço próximo ao cais, as coisas, surpreendentemente, pioraram. Sem aviso (depois Marcos saberia que, por essa época, o coronel havia morrido), seu Armando deixou de enviar a comida, e como Marcos e o irmão ganhassem, juntos, algo como um terço de um salário mínimo, e sua mãe um pouco mais, embora não muito, a renda dos três era insuficiente para as despesas com aluguel e alimentação. Faziam uma refeição por dia juntos, e cada qual precisava encontrar meios próprios de se alimentar no resto do tempo. Marcos e seu irmão reviraram lixo, pediram esmola, comeram peixe estragado, roubaram comida em feiras e mercados, pães e litros de leite deixados nas soleiras das casas de gente rica. Sempre que podia levava restos para as irmãs, a quem seu Armando por vezes presenteava com bolos e chocolates. A fome foi sua companheira por muito tempo.

Certo dia, sentado com o irmão Francisco num muro do cais, Marcos foi abordado por um rapaz, que se apresentou como membro do sindicato dos estivadores de Fortaleza. Elogiou Marcos, disse que os “camaradas” respeitavam sua maneira de trabalhar, sua discrição, sua cordialidade. Sabiam até que ele não era religioso, “outro ponto a seu favor”. Marcos, por sua vez, já ouvira falar no sindicato, pintado com tintas vermelhas por seu Armando, que o obrigara a jurar que nunca se meteria “com aqueles subversivos”. Marcos jurara por ele e pelo irmão que não o faria, embora não soubesse exatamente do que seu Armando tinha medo, já que lhe parecia bom patrão, além de caridoso. Ninguém lhe faria mal. Foi o que Marcos disse ao sindicalista, que, para sua surpresa, sabia de sua ligação com o patrão, da dívida de gratidão à qual Marcos se imaginava preso, de seu passado de trabalhador rural, das dificuldades que vinham enfrentando, da fome, tudo isso encarado com “a disposição e a lealdade de um verdadeiro revolucionário”, teria dito o sindicalista. Este sabia também quanto ele e o irmão ganhavam, e Marcos foi surpreendido com a descoberta de que um

estivador adulto tinha carteira assinada e ganhava o piso de sua categoria profissional, mais alto do que o salário mínimo; de que, aceitando ganhar menos de um terço do salário, estava prejudicando seus companheiros e tirando o emprego de um pai de família; e que por isso precisava se juntar aos “camaradas” no movimento que estavam organizando para pressionar pelo aumento do salário dos menores de 18 anos. Uma greve estava programada para o mês seguinte, e a participação dele e do irmão Francisco era fundamental.

A conversa com o sindicalista, no dizer de Marcos, “quebrou um coco em minha cabeça”. Ele tinha 15 anos, já sabia ler e escrever, gostava de história do Brasil e de literatura, conhecia e louvava “nossos grandes mitos” (Tiradentes, Caxias, Deodoro, padre Cícero...), sabia que o mundo era mais extenso do que sua fazenda natal e agora sua Fortaleza. Era curioso e perguntador. A revelação de que seu Armando, em lugar de benfeitor, estava explorando o trabalho dele e do irmão em proveito próprio, e em detrimento dos adultos, deixou-o sem rumo. Marcos inquiriu longamente seu interlocutor. Perguntou sobre “os direitos”, sobre Getúlio Vargas, sobre o salário mínimo, o sindicato. Descobriu que o coronel que os agregara tinha sido um assassino cruel, morto ele mesmo numa emboscada na capital; que seu Armando mantinha dezenas de trabalhadores escravizados por dívidas em suas fazendas e também no cais; que havia comunistas no mundo; que o capitalismo era um sistema injusto. No mesmo dia Marcos conversou com a mãe, que o aconselhou a manter distância do sindicato, rezar todos os dias ao padre Cícero em favor de seu Armando e da alma do coronel, e trabalhar mais para ajudar em casa. Isso ele estava disposto a fazer, mas rezar por aqueles a quem ele agora tributava a origem de sua fome, não mais.

Marcos e o irmão participariam da greve que parou o porto de Fortaleza em 1958, e seriam demitidos junto com cerca de 100 outros trabalhadores, dentre eles todos os membros do sindicato.¹⁵ Mas não alimentaria “a chama da revolta”. Em lugar de iniciar militância política, desejo dos novos “camaradas” que o haviam acolhido, e passados alguns meses da greve, período em que viveu “na mais absoluta miséria”, decidiu deixar Fortaleza. Por toda parte corria a conversa da nova capital sendo construída no centro do Brasil, onde havia emprego para quem

quisesse trabalhar. Todos os dias saiam ônibus lotados da rodoviária, e também paus de arara da praça central rumo ao canteiro de obras de Brasília. Marcos informou-se, de caminhão era mais barato. Ele foi até o porto, pediu trocados a seus antigos companheiros, esmolou por algumas semanas, juntou suas poucas coisas, despediu-se da mãe, que já não andava bem de saúde e não aguentaria a viagem no pau de arara, e pegou a estrada prometendo mandar a ela o primeiro ordenado que recebesse. Dona Maria não permitiu que seu irmão o acompanhasse (ela precisava do dinheiro que ele, tendo perdido o emprego, ganhava esmolando ou engraxando sapatos). As irmãs ainda eram crianças (a mais velha tinha 11 anos), e, embora ele as cuidasse como se fora seu pai (afinal, ele era o homem da família), achou melhor seguir sozinho e assentar pouso antes de mandar buscá-las, e também à mãe e ao irmão. Marcos completaria 16 anos a caminho de Brasília.

Não havia caminho direto até lá, e eles precisaram dar voltas por alguns estados. Da **viagem de seis dias** ele se lembra principalmente do cansaço, do frio e da fome. Levara consigo alguma carne-seca, farinha e rapadura suficientes para dois dias, tempo previsto para a travessia, mas o caminhão quebrou duas vezes durante a viagem. Na segunda quebra precisaram esperar outro caminhão, que passara por eles, deixar os migrantes em Brasília e retornar com uma peça improvisada, o que levou três dias inteiros. Eles não estavam longe do destino (talvez 300 quilômetros), mas a espera pareceu uma eternidade. A maioria estava faminta, a água de muitos acabara e tiveram de racionar a que restara. Fazia muito frio, e o vento seco e poeirento rachou a pele e os lábios de Marcos. Na metade do segundo dia de espera, quarto da viagem, alguns migrantes decidiram seguir caminho a pé. Outros saíram pelo cerrado em busca de animais, voltando com um tatu, alguns lagartos e uma cobra. Não encontraram água, mas pelo menos teriam o que comer. Houve festa em torno da fogueira, cantoria e alguma cachaça. Marcos fez amizade com Ana, uma jovem de 14 anos que viajava com o pai, o restante da família tendo permanecido no interior do Ceará à espera de melhores dias. O pai da jovem, seu Firmino, que devia ter a idade de sua mãe Maria, conhecera o coronel de quem Marcos e os seus tinham sido agregados, o que facilitou a aproximação entre eles. Marcos não sabia, mas seu Firmino seria seu **protetor** nos primeiros tempos de Brasília,

e ele se casaria com Ana três anos depois, pouco antes de se mudar para o Rio de Janeiro.

A cidade era mesmo o que haviam dito: um imenso formigueiro de homens, mulheres e máquinas em atividade constante, tão grandiosa que ele estava assustado. O pau de arara deixou-os diante de uma grande tenda de lona onde os candidatos ao trabalho formavam filas gigantes para se cadastrar e ganhar um prato de comida. Os três, seu Firmino, Marcos e Ana, foram atendidos já ao cair da noite. Por sugestão de seu Firmino, e sem documentos para desmenti-lo, Marcos falseou a idade, pois **o salário para menores** de 18 anos era a metade do de um adulto. Desde cedo trabalhando pesado, era um rapaz corpulento e ágil, passava perfeitamente por mais velho. E a essa altura já sabia que suas atitudes e sua modéstia inspiravam confiança. Marcos sentiu um frio na barriga ao dizer-se maior de idade. Recordou-se de seu Armando, que dizia que mentiroso amanhecia com a boca cheia de formiga, “ou então com o bucho aberto para os urubus”. Mas ele estava disposto a **correr o risco em nome de uma vida melhor para sua mãe**, a quem prometera enviar o primeiro salário. No dia seguinte, em outra tenda, conseguiu documentos novos que atestavam seus 18 anos.

Fazia ainda mais frio quando os levaram para o acampamento em Taguatinga (primeira “cidade-satélite” de Brasília), onde viveriam pelos próximos meses. Era agosto de 1958, Marcos se recorda “como se fosse hoje”. Diante dos barracões de madeira improvisados, construídos para acolher alguns milhares de trabalhadores despejados de um terreno destinado a partes da nova capital, seu Firmino fez o sinal da cruz e rezou para o padre Cícero e a Virgem Maria, pedindo pela família e por ele mesmo. Pediu também por Marcos, que não era religioso mas disse amém, em respeito. No interior do barracão que lhes destinaram, quem tinha família ocupava beliches contíguos protegidos por cortinas improvisadas. Marcos foi acolhido na família de seu Firmino e foi “morar” com eles no fundo do barracão, em camas próximas ao banheiro coletivo, que cheirava horrivelmente. Fazia muito frio, eles estavam sujos e com roupas inadequadas para o inverno. A manta sobre a cama era pequena e fina. Mas Marcos estava feliz por dormir em uma cama novamente depois de seis dias de viagem. E por começar vida nova, oxalá longe da miséria.

No dia seguinte e pelos próximos meses eles seriam acordados por ensurdecedor toque de sirene, que apesar disso era celebrado por todos como o anúncio do café da manhã, servido num bandeirão às margens do canteiro ao qual eles haviam sido destinados, no centro da Asa Sul da cidade. Marcos não se recorda de como pagou, ou se pagou pela comida nos primeiros meses, mas suspeita que, se não era subsidiada pelo governo, era descontada do salário pela Novacap.¹⁶ Mas lembra-se de que nunca vira tanto dinheiro ao receber a primeira paga. Ele fora registrado como auxiliar de pedreiro, ganhando um salário mínimo, exatamente como seu Firmino e Ana, que se engajara na cozinha do acampamento. De maneira que, de uma hora para outra, a nova família se viu ganhando três salários mínimos por mês numa cidade em construção que não oferecia maiores oportunidades para se gastar dinheiro. Depois de cumprir a promessa de enviar à mãe o primeiro salário, a cada três meses Marcos lhe enviava parte de suas economias, entregues a motoristas dos caminhões que continuavam trazendo migrantes à cidade e recolhidas por dona Maria na rodoviária de Fortaleza. É com orgulho de seus conterrâneos e uma ponta de nostalgia que Marcos conta que apenas uma vez o dinheiro se extraviou, em razão de acidente no transcurso, que provocou atraso de um dia na viagem e o desencontro entre o emissário e dona Maria. Esse sistema, aliás, era utilizado por muitos outros nordestinos de Brasília e também pelo irmão mais velho de Marcos, que enviava dinheiro de São Paulo, embora ele ainda não soubesse disso.

Ao final de alguns meses a nova família deixou o barracão coletivo, ocupando um terreno na parte sul de Taguatinga, num loteamento recém-urbanizado. A Novacap construía alojamentos para os novos ocupantes, cobrando pequena taxa enquanto dava tempo aos moradores de construir suas próprias casas. Seu Firmino tinha intenção de permanecer em Brasília e trazer o resto da família e isso facilitou a decisão. Havia uma escola e um posto de saúde no bairro, água, esgoto e luz elétrica. Marcos voltou a estudar, com o firme propósito de terminar pelo menos o primário. Ana entrou numa escola de alfabetização de adolescentes mantida por freiras católicas nas proximidades do acampamento onde trabalhava. Seu Firmino, contudo, estava contente por saber somar e assinar o nome, dizia que para carregar balde de cimento nas costas “um cabra não precisa

de estudo”. Eles passaram a fazer duas refeições em casa (o café da manhã e o jantar), e sua vida encontrou um eixo.

Brasília era uma grande escola de construção civil, com tudo sendo erguido ao mesmo tempo: palácios, prédios de apartamentos, edifícios de concreto e vidro, pontes, aeroporto, ruas, calçamentos... Marcos mostrou-se habilidoso nos canteiros de obras. Compreendia imediatamente as ordens (“nunca precisei que me mandassem fazer isso ou aquilo mais de uma vez”), não reclamava do serviço, por mais pesado que fosse, não se metia em confusão com os outros operários, não faltava ao serviço, não confrontava os encarregados, era leal aos companheiros e estava sempre disposto a ajudar os novatos. Encaminhado, primeiramente, para o centro da Asa Sul para construir habitações, aprendeu rapidamente a “virar a massa” (fazer o cimento), antes do primeiro ano estava assentando tijolos, mais um pouco estava rebocando paredes, assentando lajes. Ainda recebia como ajudante de pedreiro, mas já fazia muito mais do que isso. No segundo ano de trabalho foi deslocado para a construção de uma das pontes sobre o lago Sul.

Em meados de 1959 ficou noivo de Ana, e começaram a comprar o enxoval e a poupar para a festa, prevista para 1961. Agora que estava estabelecido, seu Firmino tinha planos de trazer o restante da família em tempo para o casamento. Marcos temia não poder trazer a mãe, que estava com problemas sérios de coração, mas nas cartas ao irmão e irmãs tentava convencê-los a deixar Fortaleza para juntar-se a ele. Numa das respostas foi informado por Francisco de que a irmã mais velha se tinha “desencaminhado” e fora expulsa de casa. A mais nova seguiria o mesmo caminho pouco tempo depois, para desespero de Marcos, que disse se penitenciaria pelo resto da vida, imaginando-se culpado por não ter cuidado das irmãs como o homem da família que era. Francisco se empregara em outro armazém do cais e continuava ganhando uma miséria, com isso dona Maria dependia mais do que nunca do que Marcos lhe enviava a cada três meses.

Embora sua família original se degingolasse, Marcos estava feliz em Brasília. Ana era boa companheira, seu Firmino era como um pai para ele. De temperamento cordato, fizera amigos no trabalho e na escola, era querido por muita gente, embora fosse invejado por outros tantos, porque Ana se estava tornando moça vistosa e era cortejada por onde passasse. Ele falou grosso “com mais de um cabra”, chegou a mostrar a

faca a outros, que se pensassem que ele “era frouxo” não teria conseguido segurar sua Ana. Quando eles se casaram, em fins de 1961, Marcos estava registrado como pedreiro e ganhava um salário mínimo e meio. Terminara o primário, Ana estava prestes a isso. Nos últimos dois anos ela se havia empregado como doméstica na casa do engenheiro responsável pela ponte na qual Marcos trabalhava, e onde ela passara a morar, vindo visitar o pai e o noivo nos fins de semana. Com isso, a renda da família crescera um pouco mais, porque tudo o que Ana ganhava, exceto o dinheiro do enxoval, entregava ao pai. Além disso, sua mãe e três de seus irmãos tinham vindo viver com eles em Taguatinga em inícios de 1960, e os homens estavam todos empregados na construção da nova capital. A vida era cara, mas eles não passavam necessidade. De todo modo, o casamento foi um alívio para Marcos, porque um dos cunhados não gostava dele e a vida em família se tinha tornado tensa e perigosa. Numa ocasião, tendo o cunhado bebido além da conta, os dois se enfrentaram com faca, briga apartada por seu Firmino.

A festa do casamento foi modesta, apesar dos mais de 100 convidados, entre eles Gentil, o engenheiro chefe de Marcos. Estavam no final da obra da ponte, e no próprio casamento o engenheiro convidou o casal para mudar-se com ele e a família para o Rio de Janeiro. Ele estava deixando a construtora que o levava para Brasília, ia abrir uma firma para prestar serviços a particulares e queria Marcos com ele. Segundo Gentil, seus filhos (dois meninos e uma menina) se tinham afeiçoado a Ana, ele estava disposto a pagar três salários a Marcos, mais o salário de Ana, e custearia também a viagem. Provisoriamente, até encontrarem lugar definitivo, eles poderiam se hospedar num conjugado de Gentil em Copacabana, pagando um salário de aluguel. Gentil estava talvez perto dos 30 anos, era casado com Gláucia havia sete anos, e Marcos e Ana confiavam neles. Marcos havia trabalhado sob as ordens do engenheiro por quase dois anos, os dois se entendiam bem. Marcos ouviu de Gentil que era uma liderança natural, que seu jeito com as pessoas, sua paciência e meticulosidade eram qualidades raras em trabalhadores da construção civil. Que era impressionante como conseguia dos outros, com jeito, o que encarregados de obras precisavam usar de autoridade (e autoritarismo) para conseguir. Essas habilidades Gentil queria levar para sua nova empresa.

Marcos e Ana não pensaram muito, a oportunidade era boa, começariam a vida juntos em segurança. É verdade que ainda havia muito o que se construir em Brasília, a Asa Norte apenas começara a ser ocupada, mas muitas turmas se tinham desmobilizado e havia desemprego na cidade. Melhor partir. Marcos escreveu à mãe dizendo que gostaria que ela os acompanhasse, enviou o dinheiro das passagens dela e do irmão Francisco. Com problemas de saúde, dona Maria preferiu não deixar Fortaleza de imediato, juntar-se-ia ao filho quando melhorasse. Quando partiram, em meados 1962, Marcos tinha 20 anos (nos documentos, 22). Por sugestão de Gentil, ele e Ana tinham decidido aguardar um pouco antes de encomendar o primeiro filho.

Marcos e Ana se deslumbraram com o Rio de Janeiro. O apartamento que Gentil lhes destinara ficava a três quadras da praia mais famosa do mundo, e eles ficaram fascinados com o ritmo intenso da cidade. Mas a firma de Gentil era, na verdade, um pequeno escritório na mesma Copacabana que ele e um primo seu, jovem arquiteto (deveria ter 24 ou 25 anos), dividiam com uma recepcionista secretária, que operava um telefone e uma máquina de escrever. Havia ainda duas pranchetas de desenho, uma mesa de vidro num dos cantos, com cadeiras, e nada mais. Marcos ficou um tanto inseguro ao ser apresentado a seu novo emprego, mas descobriria rapidamente que o escritório era apenas um ponto de referência que ele raramente frequentaria. Gentil e Lauro (o arquiteto) eram muito bem relacionados na cidade, e pelos próximos anos Marcos trabalharia praticamente sem interrupções. Durante os 10 anos de trabalho com Gentil, apenas em 1963 ele deixaria o Rio, convocado pelo irmão Francisco para o enterro da mãe em Fortaleza. Embora desejasse, ela nunca conseguira se juntar ao filho. Francisco estava noivo e recusou o convite do irmão para seguir com ele.

No início a firma fazia reformas em apartamentos, principalmente de cobertura, além de casas de campo e de praia, ainda comuns nos bairros mais jovens do Rio, como Leblon, Jardim Botânico e Horto Florestal. Gentil selecionava as turmas e supervisionava os trabalhos. Marcos era seu homem de confiança, embora trabalhasse como os demais pedreiros. Além de plantar fundações, subir ou quebrar paredes, assentar ou derrubar lajes e telhados, rebocar, pintar, era responsável pelo andamento dos

trabalhos nas ausências de Gentil, que se foram tornando mais frequentes à medida que a firma ficava mais conhecida e requisitada. Mas pelo menos uma vez por dia Gentil visitava as obras, em geral três ou quatro ao mesmo tempo.

Marcos gostava de trabalhar em reformas. Era ofício pesado, havia sempre coisas a destruir antes de pôr algo no lugar, e a marreta e o cinzel eram instrumentos inseparáveis de trabalho. Mas trabalhava, boa parte das vezes e pela primeira vez na vida, entre paredes. Em termos relativos, ganhara qualidade de vida. Ademais, tinha hora para começar e deixar o trabalho. Em Brasília também fora assim, mas ele perdeu a conta de quantas vezes precisou estender a jornada de trabalho para aproveitar a luz do dia. Nas reformas, de um modo geral, o horário de trabalho era determinado pelos condomínios, de modo que dificilmente ele começava antes das oito da manhã, e quase nunca trabalhava além das seis da tarde. E, mais importante, quase nunca trabalhava aos sábados. Por fim, tinha carteira assinada como oficial pedreiro, o que o enchia de orgulho, assim como se orgulhava de uma obra impecável, uma parede perfeita, um azulejo bem assentado, um piso sem reparos. Lamentava apenas o fato de as turmas serem efêmeras, havia pouca oportunidade para consolidar amizades.

Nos primeiros três anos após a chegada ao Rio de Janeiro, e como em Brasília, Ana dividiu-se entre a casa de Gláucia e Gentil (onde trabalhava durante a semana) e a sua, e isso mesmo tendo seu primeiro filho nascido no final de 1964. Mas quando a criança completou um ano e ela engravidou novamente, achou melhor deixar o emprego. Por essa época (1965) Marcos ganhava um pouco melhor, e eles se tinham mudado para um apartamento um pouco maior, mas mais barato, na mesma Copacabana. No ano seguinte ele seria promovido a mestre de obras, ganhando praticamente o dobro do salário, e em 1967 Gentil emprestou-lhe dinheiro para a compra de um terreno no Horto Florestal, próximo a uma antiga vila operária em decadência. O empréstimo seria descontado de seus vencimentos ao longo de cinco anos. Quando seu terceiro filho nasceu (uma menina) eles já moravam na casa que ele iria construindo aos poucos, nos fins de semana, e pelos três anos seguintes. Parte do material de construção, principalmente de acabamento, veio de restos das obras da firma de Gentil. Marcos encontrou soluções engenhosas para pisos de banheiros, cozinha e quintal, cada

qual um mosaico diferente de fragmentos de granito, mármore e ladrilho hidráulico de grande impacto visual. A casa é hoje habitada por seu filho caçula (o quinto) e família.

A firma prosperou. Em 1967 o escritório mudou-se para um prédio recém-reformado no centro da cidade, incorporou dois outros sócios engenheiros e empregou dois jovens arquitetos. E, além de Marcos, empregavam oito operários fixos. Gentil e Lauro continuavam trabalhando diretamente nas obras, mas os demais se estavam especializando em projetos. Marcos, embora mestre de obras, continuava trabalhando como pedreiro. Em 1968 ele entrou num curso noturno de eletrotécnica do Senai. Queria aprender a arte das instalações elétricas, que ele conhecia na prática, mas não ousava empregar. Como tinha apenas o ensino fundamental, precisou completar o ginásio num pacote condensado que o Senai oferecia antes de enfrentar as fórmulas complicadas do curso. Ele fazia ainda um curso técnico sobre instalações hidráulicas. Sabia que, na posição em que estava, quanto mais conhecimento, menor a chance de errar, agora que as obras se estavam tornando mais complexas.

Marcos nunca pediu aumento de salário a Gentil. Ele sabe que podia ter ganhado mais, principalmente depois de 1969, quando o escritório começou a executar projetos de edifícios e ele passou a chefiar turmas maiores. Chegou a discutir com Ana quando ela sugeriu que ele pedisse sociedade no negócio que ele também ajudara a erguer. Do modo como ele via as coisas, algo assim deveria partir de Gentil, com quem ele imaginava ter impagável dívida de gratidão. Em 1970 foi promovido a “supervisor de obras”, com salário 30% maior. E em 1971 Gentil cancelou o restante da dívida do terreno no Horto e, para sua surpresa, deu-lhe de presente as 10 primeiras prestações de um apartamento num edifício que começaria a ser erguido na lagoa Rodrigo de Freitas, numa região que se estava valorizando depois da remoção das favelas que a tinham ocupado até início dos anos 1960. O financiamento fora contraído junto ao BNH, para pagamento em 30 anos. Com o novo salário, e tendo terminado de construir sua casa no Horto, Marcos sabia que podia assumir a nova dívida. Não pensava no apartamento para si, estava feliz com a casa que construira com esforço e esmero. Mas era investimento que cabia no orçamento, e depois ele poderia alugar o apartamento e melhorar sua renda.

Em 1972 o escritório de Gentil passou por mudanças com a entrada de novo sócio. Com mentalidade empresarial, formado em administração e engenharia, o novo membro convenceu os colegas de que a firma seria mais ágil se contratasse mão de obra no mercado, em lugar de manter 15 operários a seu serviço. A partir da experiência de Brasília, estavam começando a surgir firmas especializadas em oferecer mão de obra de todo tipo, das mais às menos qualificadas, e não eram firmas de engenharia. Eram firmas de prestação de serviços, em geral comandadas por engenheiros, com quem o escritório firmaria contratos por empreitada, sem o ônus de manter sua própria turma. É o que os americanos estavam denominando *subcontracting*, uma irresistível tendência dos tempos. Marcos ouviu essas palavras da boca de Gentil para não mais esquecer. Elas traziam também o anúncio de que ele seria demitido. Não imediatamente, mas no máximo em quatro meses.

Marcos não se desesperou. Em 1971 o escritório havia contratado uma jovem decoradora de quem ele se tornara bastante próximo. Mulher criativa e empreendedora, Lara propunha soluções inusitadas para os ambientes, que Marcos executava como se fora ela mesma. Por vezes ele propunha alternativas, e não raro ela acatava suas sugestões para uma posição de parede, um detalhe de banheiro, um piso. Ao saber da demissão, Lara se prontificou a fazer propaganda de seus serviços junto a seus amigos e antigos clientes, anteriores à contratação dela por Gentil. Este também garantiu que o indicaria para serviços que não interessassem ao escritório. Ademais, Marcos conhecia muitas famílias do tempo em que se dedicara exclusivamente a reformas, e era querido em vários condomínios da cidade. Tinha certeza de que encontraria trabalho. E não se importava de voltar a “pegar no pesado”, coisa que já não fazia há tempos.

Com o dinheiro da rescisão contratual, Marcos quitou alguns meses da dívida com o BNH, comprou um fusca ano 1969 e um terreno em Vargem Grande, subúrbio na Zona Oeste do Rio de Janeiro (que colocou em nome dos filhos). O restante daria para mantê-lo pelos próximos três ou quatro meses, se a família economizasse. O quinto filho nascera em 1971 e a despesa era alta. Hoje Marcos acha que foi imprevidente, se tivesse pensado melhor teria guardado o dinheiro para o caso de ficar muito tempo sem trabalho. Mas o Brasil crescia assustadoramente, o Rio de

Janeiro também, havia muito dinheiro circulando “na época do milagre”, quem quisesse trabalhar, trabalhava. E, de fato, antes do primeiro mês de desemprego Marcos já estava trabalhando novamente, por indicação de Lara, o que lhe permitiu colocar na poupança o que restara do dinheiro da rescisão. A obra era a construção de uma mansão numa praia de Búzios, cujo terreno fora comprado aos pescadores por um rico médico carioca. O balneário era a sensação das classes altas do Rio desde que Brigitte Bardot o escolhera para as férias de 1964, e havia construções por toda parte. Lara convenceu o médico de que Marcos era a melhor pessoa para o serviço, já que a decoração seria dela e o projeto, de um dos arquitetos de Gentil, que, por seu lado, não tinha interesse na obra no momento, por estar envolvido no projeto de dois edifícios. Marcos tinha agilidade, podia se mudar para Búzios por um período e, importante para o médico que o contrataria, tinha preço imbatível. Na verdade, nesse primeiro projeto, e por sugestão de Lara, tendo em vista as perspectivas para a região, ele propôs um preço que lhe permitiria remunerar-se tal como quando empregado, pagando à turma que contrataria um salário inferior ao que o mercado formal da construção pagava. Marcos, então com 30 anos, e depois de 15 trabalhando com carteira assinada, voltava à informalidade, embora em situação privilegiada, prestando serviços para a classe alta do Rio de Janeiro.

A construção durou oito meses, período no qual ele e dois dos sete outros pedreiros (trabalhadores de sua confiança conhecidos ainda no tempo de Gentil) moraram na própria casa que construíam. Ele foi ao Rio de Janeiro duas vezes por mês visitar a família. Nas férias escolares de janeiro de 1973, levou Ana e os filhos para conhecer o balneário, e novamente em julho. Terminada a obra, recebeu novo convite para outra casa na cidade, lá permanecendo por mais sete meses. Recusou o terceiro convite, porque já não suportava viver longe dos filhos e da esposa. De todo modo, o dinheiro que conseguiu juntar no período lhe permitiu trocar o fusca por um Ford Corcel, e, ao regressar ao Rio, pensou em abrir seu próprio negócio, uma vez mais por sugestão de Lara. Se queria prestar serviços a empresas, a melhor maneira era estabelecer-se formalmente, isto é, abrir uma empresa. Mas Marcos desistiu diante da burocracia. Hoje ele sabe que poderia ter ido muito mais longe se tivesse aberto uma empresa legal naquele momento de boom imobiliário. Confinado à informalidade, ainda que vivendo bem,

acha que trabalhou mais do que o necessário para manter um padrão de vida que ele considerava de “classe média média”.

A crise dos anos 1980 afetou-o menos do que a Lemô. Em 1982, o filho mais velho já estava casado e trabalhando, ele tinha casa própria no Horto, recebia alugueis do apartamento da Lagoa e da pequena casa que construiu em Vargem Grande, e tinha um bom pecúlio na poupança. Seu amigo Gentil morrera em acidente de automóvel em 1976, a decoradora Lara se mudara para São Paulo em 1981, mas ele já estava estabelecido. Pelo menos 12 condomínios da cidade solicitavam seus serviços regularmente para pequenos ou grandes reparos elétricos, hidráulicos e para manutenção geral. E ele atribui à sorte o fato de que vários desses edifícios “ficaram velhos ao mesmo tempo”. Ele se recorda de ter passado os anos de 1986, 1987 e 1988 refazendo encanamentos de banheiros e cozinhas de vários apartamentos nesses prédios. Muitas vezes os proprietários aproveitaram a ocasião para fazer reformas maiores, e um deles o convidou para construir sua casa em um condomínio novo num bairro de Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Como, porém, a obra seria paga pela empresa do contratante, Marcos não pôde executá-la, por não poder emitir nota fiscal de serviço. Mas continuou reformando apartamentos e construindo casas de praia no Rio e redondezas (Niterói, Búzios, Cabo Frio, Angra dos Reis), e também casas de campo em Petrópolis e Teresópolis, sempre como trabalhador por conta própria, sempre como responsável pelas obras que contratava de maneira informal.

Ao longo da década de 1990, na verdade depois da crise econômica de 1990/1991, na qual ele, “como toda a gente”, comeu “o pão que o diabo amassou”, e principalmente depois do Plano Real, avolumou-se, na percepção de Marcos, o número de clientes que pedia nota fiscal pelo serviço de manutenção de apartamentos, construção de casas e, muito particularmente, reparos em condomínios. Ele encontraria saídas para esse limite comprando notas de pequenas empresas de construção ou transferindo a empresas estabelecidas uma percentagem do que receberia pelas obras mais caras. Mas apenas em fins daquela década ele finalmente abriria sua própria empresa. Marcos tinha, então, 56 anos. E se “arrependeria amargamente”. Não tanto pela burocracia, para o deslindamento da qual ele contrataria um contador por um salário mínimo por mês. O problema

eram “os direitos”. Mesmo trabalhando por quase 20 anos na informalidade, Marcos costumava pagar a seus empregados mais do que o piso que pedreiros, eletricitas e ajudantes recebiam na formalidade, porque achava muito baixos os salários e porque se guiava, na vida, por um critério de justiça muito particular: “se você precisa do serviço de uma pessoa, então é porque essa pessoa é necessária a você. Pague a ela de acordo com a necessidade dela para você”. Contudo, ao formalizar sua atividade e assinar a carteira de seis de seus colaboradores de maior confiança, descobriu-se “em outro país”.

Ainda em 1998, ano da abertura da empresa, recebeu em sua “sede”, na verdade a casa de Marcos e família no Horto, a visita de um fiscal do sindicato dos trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro. O sindicalista viera “de surpresa” inspecionar as condições de registro profissional dos operários da “empresa” de Marcos, e desculpou-se ao perceber “o equívoco”, isto é, ao ver que a “empresa” era, na verdade, nada além de um expediente jurídico que habilitava Marcos a prestar serviços de forma legal a outras empresas, e não um estabelecimento propriamente dito. Mas, em meio às desculpas, disse que recebera denúncia de um dos empregados de Marcos de que ele explorava seus trabalhadores, obrigando-os a trabalhar de 10 a 12 horas por dia sem pagar horas extras. Outro empregado pedia suporte jurídico do sindicato para ação na justiça para cobrar sete anos de direitos trabalhistas não honrados por Marcos, e o sindicalista tinha certeza de que os outros funcionários fariam o mesmo. O emissário do sindicato mostrou contas aproximadas, Marcos percebeu que perderia o equivalente à casa de Vargem Grande nas ações trabalhistas, talvez mais. Mas tudo “poderia ser contornado” se ele estivesse disposto a conversar com o sindicato, talvez contribuir com a obra de expansão da nova sede da entidade. “O senhor também é trabalhador”, teria dito o sindicalista, “não faz sentido ir aos tribunais contra outro trabalhador”.

Marcos viu-se adolescente, sentado numa mureta no cais do porto de Fortaleza, sendo abordado por um dirigente comunista do sindicato que pedia sua solidariedade numa causa justa. Não lhe parecia o caso no momento, aquele militante sindical não era exatamente um comunista, nem sua causa justa. Chamou por Ana, que nos últimos anos se mostrara excelente bordadeira e prestava serviços como voluntária a entidades de

apoio a crianças carentes, e pediu a ela que mostrasse o caminho da rua ao visitante. “Nosso sindicalista está querendo me extorquir”, ele disse a ela. “Sorte dele que meu pai não está vivo, ou seus intestinos estariam agora pelo chão.” A imagem era forte, mas ele a utilizava vez por outra de brincadeira com os amigos ou companheiros de trabalho, por exemplo quando uma pintura de parede não ficava a contento. Mas assustou de veras o sindicalista, que saiu de sua casa prometendo que tiraria tudo dele na justiça, suas casas, sua empresa e sua poupança.

Três dos empregados de confiança de Marcos de fato entraram com *ações na Justiça do Trabalho* demandando horas extras e todos os direitos trabalhistas pretensamente não cumpridos pelos sete anos anteriores. Embora tivesse pagado 13^o salário a todos desde o início, e todos tivessem tirado férias como mandava a lei, não havia registro de nada, ele não pôde sequer provar que pagava mais do que o piso das categorias de trabalho dos três demandantes. O sindicalista estava certo, Marcos precisou vender a casa de Vargem Grande e usar parte da poupança para pagar as custas dos processos e os direitos demandados, mesmo que parte deles tivesse sido negada pelo juiz e que os empregados tivessem aberto mão de parte dos direitos pedidos, a bem do acordo judicial.

Marcos afirma não ter mágoas ou ressentimentos. Prefere elogiar os três funcionários, que, naquele momento, permaneceram fiéis a ele apesar do assédio dos sindicalistas e tendo em vista a sedução de uma possível bolada de dinheiro conseguida na justiça. E tomou suas precauções. Orientado pela primeira vez por um advogado trabalhista, ao final de cada ano de contrato com os três colhia assinaturas de cada um num documento em que cada qual reconhecia ter recebido todos os direitos trabalhistas devidos no ano anterior. Ainda assim, quatro anos depois, um dos operários pedia demissão e entraria na justiça contra Marcos, uma vez mais pedindo horas extras e adicionais vários. Como, nesse período, haviam realizado várias obras fora do Rio de Janeiro, o operário alegou que Marcos não lhe pagava auxílio transporte, moradia e alimentação. Apesar de todas as precauções e da alegada má-fé de seu funcionário, Marcos viu-se obrigado a um acordo desvantajoso para si, e uma vez mais precisou mexer em sua poupança.

Marcos completara 60 anos, e achou que era hora de se aposentar. Fechou a empresa, mudou-se para o apartamento da Lagoa, que era bem

pequeno em comparação com sua casa, mas os filhos já não estavam com eles, não havia problema. E passou a viver da renda do dinheiro aplicado em poupança, fundos de investimento e ações. Ele se orgulha de ter colocado dois dos cinco filhos em escola particular, e de ter formado todos os cinco, as meninas em pedagogia e psicologia, um dos meninos em engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e os outros dois em direito, um deles com diploma da Universidade Federal Fluminense. Lamenta não ter podido ajudar o irmão mais novo, que depois de se casar desapareceu em Fortaleza. Nunca teve notícias dos irmãos que se tinham mudado para São Paulo senão até recentemente, de modo que sua família havia sido a esposa, os cinco filhos e os 12 netos. Uma família pequena, mas sua.

Marcos atribui seu sucesso à sorte. Havia sempre alguém em seu caminho, abrindo portas, oferecendo oportunidades, que ele soube aproveitar. E reconhece o que fizeram por ele. Ajudou o pai de Ana quando de sua doença, levando-o para o Rio de Janeiro e pagando o melhor tratamento então disponível para o câncer. Ajudou um dos irmãos da esposa a se formar, enviando mesadas durante os três últimos anos da faculdade, e mesmo o cunhado que lhe queria mal ele pôde ajudar enviando dinheiro para pagar o advogado que o defendeu numa acusação de assassinato. Manteve-se amigo de Gentil, Lauro e Lara, atendeu suas demandas e retribuiu os favores recebidos. Reformou o apartamento de um dos filhos de Gentil cobrando apenas o trabalho dos operários, mesmo depois da morte do amigo/patrão. Supervisionou as obras do apartamento de Lauro em Búzios e o de seu filho em Ipanema, e perdeu a conta de quantas vezes trabalhou de graça para Lara, de quem recebeu, nos primeiros anos, o maior número de encomendas. Mas toda essa gente não teria sido de ajuda se ele não tivesse trabalhado muito, “quebrado a coluna”, como gosta de dizer. Marcos, ademais, sabe que é um homem inteligente, “e isso também é questão de sorte, não é? A pessoa nasce ou não com inteligência. Tem quem diga que é Deus quem dá, mas não sou dessa opinião. Deus não seria injusto a ponto de dar a uns e não a outros, sem nenhuma razão aparente. Só por diversão? Deus brinca com a gente, eu sei, mas não a ponto de privar um homem de inteligência. Depois vêm os homens, a pobreza, a miséria. Tive sorte de nascer numa fazenda sob a proteção de um coronel facinoroso, mas leal a

quem era leal com ele. Não passei fome na infância, e hoje está provado que quem não come na infância não fica inteligente. Então tive sorte nisso, e em muitas outras coisas nessa vida”.

Uma sociedade aberta?

Esses dois casos exemplares denotam *dinâmica ou fluidez social*. E não são, de modo algum, excepcionais. Dados de Carlos A. Costa Ribeiro (2007:168 e segs.) mostram que, em 1973, cerca de 14% da *mobilidade social* total das pessoas de 25 a 64 anos de idade em relação a seus pais no Brasil haviam sido *ascendentes “de curta distância”*. Filha de operário da construção civil, um “trabalhador não qualificado da indústria tradicional” na classificação de Costa Ribeiro, Lemô era uma *pequena empregadora informal em 1973*, ou uma “pequena proprietária empregadora”. Isso a colocava a menos de um desvio padrão da posição de seu pai, segundo os critérios da mesma classificação, o que qualifica sua trajetória, nesse momento, como de *mobilidade ascendente de curta distância*. Já Marcos, filho de trabalhador rural, *base da pirâmide social* segundo a classificação proposta, era *supervisor do trabalho na empresa* de Gentil, o que exige que se o classifique na categoria “*técnicos e supervisores do trabalho manual*”. Isso o colocava a mais de dois desvios padrão de distância da posição de seu pai, o que qualifica sua *mobilidade ascendente* como “*de longa distância*”, destino de quase 16% dos brasileiros de 25 a 64 anos que estavam na PEA em 1973. Em 1996, a situação era tecnicamente a mesma (mobilidade de longa distância) para Marcos, embora ele houvesse galgado mais posições na escala social ao tornar-se ele mesmo empregador. Esse era o destino de 16,4% dos brasileiros de 25 a 64 anos naquele ano. Lemô, que permaneceu na informalidade, embora estivesse evidentemente em melhor situação em termos financeiros e sustentasse seus pais, permanecia na mesma classe social, e à mesma distância social de seu pai segundo esse parâmetro, sendo este o destino de quase 19% da população naquela faixa etária naquele ano. Juntos, pois, *seus destinos tinham sido equivalentes aos de 35% dos brasileiros em 1996*.

Esse quadro coloca em perspectiva os casos narrados e traz substância à ideia de que, se não representam o Brasil como um todo,¹⁷ *são exemplares de trajetórias efetivamente vividas por milhões de pessoas* nesse nível agregado. Mas cessa aí a utilidade da generalização. A análise agregada não permite mensurar, por exemplo, o impacto das ações de Lemô na vida de praticamente toda a sua família. *Ao ascender socialmente à custa de trabalho árduo e diligente*, trouxe consigo os pais, o marido, os sete filhos, a maioria dos irmãos mais novos e alguns sobrinhos. A partir de determinado momento sua militância religiosa a fez transferir seu sucesso a algumas comunidades carentes de sua cidade. Sua trajetória, nesse sentido, teve extraordinário *efeito multiplicador*, e sua riqueza foi distribuída no mesmo momento em que era produzida, razão pela qual não foi acumulada, o que ela hoje lamenta, por já não ter forças para trabalhar no ritmo de antes. Do mesmo modo, se tecnicamente a posição de Marcos em 1996 era a mesma de 1973, por outro lado, ele estava, de fato, em situação muito melhor e *transferira a todos os filhos sua nova posição*, ao passo que Lemô o fez apenas aos filhos que procuraram a educação superior.

Alguns traços comuns na trajetória de ambos merecem ser salientados. É evidente que *o abandono*, por ambos, *da cidade ou região de origem* foi decisivo, assim como o foi a escolha do destino “final”, o lugar onde constituiriam suas próprias famílias e sua vida independente. Tanto o interior do Ceará quanto o interior “profundo” de Minas Gerais ofereciam *diminutas oportunidades* de obtenção de condições de vida compatíveis com as expectativas de Lemô e Marcos. *Expectativas diversas*, é claro. As da primeira tinham um fundo religioso, uma dívida sagrada contraída com Deus em duas oportunidades: na quermesse, onde ela prometeu trocar a vocação religiosa pela vida do pai; e quando da visita da filha do prefeito a sua casa, na qual a dimensão dessa promessa se lhe tornou evidente, e ela jurou tirar o pai da miséria em que ele e sua família se encontravam. *Melhorar a própria vida*, pois, foi enquadrado por Lemô num feixe de significados que excluía a cobiça e a ambição e exigia a abnegação e a dádiva incondicional, de mão única, sem expectativa de retribuição (transferida ao reino dos céus). Por seu lado, as expectativas de Marcos nunca tiveram a mesma clareza, nem o significado mágico ou transcendente que adquiriram em Lemô. Ele descobriu, sentado num muro de cais em Fortaleza,

que não queria mais ser explorado. Mas essa descoberta não descortinou alternativas, projetos de vida, ambições. Apenas o conduziu à greve e ao desemprego, e a alguma clareza sobre o que ele não estava mais disposto a fazer. Perguntado, porém, por que partiu de Fortaleza, deixando para trás sua mãe enferma, Marcos não hesitou: precisava arrumar um bom emprego, “um emprego com carteira assinada”, para melhorar de vida e ajudar a mãe e as irmãs. Dar à primeira não apenas condições dignas de vida, mas, principalmente, atendimento médico.¹⁸

Embora Marcos tenha passado por uma espécie de conversão, que o fez abandonar o que imagina fosse a propensão de muitos dos seus conterrâneos e familiares a procurar um protetor onde quer que estivessem, o que os condenava à subordinação e limitava suas possibilidades de melhoria de vida, ele “deu sorte” de encontrar espontaneamente protetores em momentos cruciais de sua trajetória. Gente que, em lugar de explorá-lo, se prontificou a ajudá-lo. Ele vê seu Firmino, Gentil e Lara como espécies de atalhos, anjos bons que, por afeição e de maneira desprendida, alçaram-no a posições melhores a cada encontro, e isso a velocidade muito maior do que talvez fosse o caso se ele não os tivesse encontrado. Ele não procurou por eles, não os esperava encontrar. Mas eles estavam no seu caminho. “Essas coisas — ele diz — só acontecem com quem procura, quem se move. Quem fica parado não vai a lugar nenhum.” Do mesmo modo, Lemô se pôs em movimento em busca de melhoria de vida, o que, para ela tanto quanto para Marcos, significava buscar outros lugares onde construir a vida, na esperança, no caso dela, de que “Deus iluminasse” seu caminho. Mas o que é importante nos dois casos é que ambos tiveram de abandonar os seus, ainda que com o intuito de se reunirem a eles quando as coisas melhorassem. Poderia ter sido o caso de as coisas não melhorarem, e talvez eles tivessem cumprido o destino de muitos outros migrantes (entre os quais alguns tios e primos de Lemô), que, tendo deixado sua cidade natal, retornaram depois de fracassos de diversa ordem.

O fato de Marcos ter família pequena, ou pelo menos nunca ter tido muito contato com a família do pai, e de seus irmãos mais velhos se terem desempenhado satisfatoriamente em São Paulo (ele visitou um deles antes de sua morte, e o mais velho, dono de uma banca de jornais, tem planos de se mudar para o Rio de Janeiro depois da aposentadoria) torna seu caso típico de uma forma específica de migração. Ele ajudou a mãe até sua

morte, mas não conseguiu trazê-la para morar consigo, como pretendia. Isso deu a ele liberdade de movimentos, algo incomum para migrantes em sua situação, que vieram aos milhões para São Paulo e Rio de Janeiro ao longo das décadas, fazendo-o em etapas: o sucesso de um parente ensinava a vinda de outros e de outros mais, reproduzindo-se no local de destino, não raro, as mesmas redes de parentesco e amizade da origem, com isso, e em muitos casos, limitando (se bem que não impedindo) as chances de melhoria de vida de todos, tanto pelo aumento da competição por postos de trabalho acessíveis aos membros da mesma família, em geral com o mesmo background educacional e de qualificação profissional, quanto pelo aumento do número de dependentes dos familiares mais bem-sucedidos.¹⁹ Nesse sentido, a mobilidade ascendente de Marcos dependeu de seu desligamento da família, ou do abandono das condições de pobreza coletiva de grupos familiares muito extensos,²⁰ ao passo que a de Lemô foi típica das migrações que, uma vez consumadas, se tornam polo de atração para outros membros da família, que se beneficiam do sucesso do primeiro migrante.

Ao abandono da região de nascimento (e, no caso de Marcos, da família) em busca de melhores oportunidades de vida se somou, nos dois casos, a capacidade, demonstrada por ambos, de poupar parte de seus rendimentos desde muito cedo, algo não trivial em se tratando de famílias pobres. Pesquisas sobre o tema têm demonstrado que a maior ou menor habilidade dessas famílias em lidar com suas parcas finanças está na raiz das possibilidades de sucesso ou fracasso de suas tentativas de melhoria de vida.²¹ Quanto mais pobres e extensos os grupos familiares, maior sua vulnerabilidade a eventos nada singulares como a morte de um membro, o alcoolismo, as animosidades pessoais, as doenças e, muito particularmente no caso das mulheres, o nascimento de um filho.²² Num país extenso como o Brasil e que, ainda nos anos 1970, apresentava precárias condições de comunicação e transporte, a migração, se podia criar novas fontes de vulnerabilidade em momentos específicos (como a dificuldade de encontrar moradia ou emprego no local de destino), por outro lado impunha barreiras físicas entre o migrante e seus familiares que redundavam, amiúde, em arrefecimento ou mesmo quebra de laços afetivos e obrigações morais que vinculavam uns e outros, de tal modo que um evento como a doença de um membro

na família de origem afetava potencialmente menos o migrante do que os que tinham permanecido. A distância termina por legitimar a evasão das obrigações familiares, dada a dificuldade ou a impossibilidade de atender a emergências desse tipo. Com isso, os recursos excedentes que porventura o migrante consiga acumular podem ser poupados sem culpa, isto é, sem que isso apareça como avareza, soberba, ambição, desdém pela família, substantivos que, em ambientes de extrema vulnerabilidade e pobreza, operam como verdadeiros estigmas; em ambientes religiosos, como pecado.

Tanto Marcos quanto Lemô se “beneficiaram” da precariedade das condições materiais do Brasil para construir suas trajetórias ascendentes. Para ambos, o acesso aos familiares era complexo e espaçado. Mas cada um lidou com o problema de maneira diversa, o que explicita diferentes histórias familiares, tradições coletivas e padrões de sociabilidade. Marcos (e muitos outros como ele, incluindo seus irmãos sediados em São Paulo), para enviar dinheiro a sua família de origem, lançou mão de arranjos baseados estritamente na confiança pessoal entre desconhecidos (ele e os motoristas de paus de arara usados como portadores do dinheiro), cuja sustentabilidade, porém, estava dada de antemão, embora não fosse inteiramente evidente para sua esposa Ana, por exemplo, que temeu pelo desfecho da empresa. Ora, ao enviar o primeiro salário à mãe por intermédio de um motorista desconhecido, Marcos tinha certeza de que ela o receberia. Primeiro, porque “um cabra não rouba um pobre que envia dinheiro à mãe doente”. A sacralidade dos laços familiares, típica das famílias rústicas brasileiras,²³ tornava evidente ao motorista, no ver de Marcos, a obrigação moral deste, da qual o próprio motorista passava a ser parte ao aceitar o encargo. Uma obrigação moral absoluta, de mão única, portanto fora da lógica do *do ut des* das relações de reciprocidade. Assim como Marcos não esperava nada da mãe, o motorista nada deveria esperar dela ao chegar, e nem se encontrava atado a Marcos por uma dívida material ou moral de qualquer tipo. Cumpria uma obrigação sagrada, e sob as bênçãos do padre Cícero. Essa, aliás, era a segunda razão para Marcos não duvidar de que o dinheiro chegaria a sua mãe. Ele não era religioso, mas conhecia bem seus conterrâneos, e enviava o dinheiro “pelo amor do nosso *padim Ciço*”. À sacralidade dos laços familiares ele acrescentava o temor da danação, aspecto irrecusável da eficácia simbólica desse santo popular, que, mais

do que abençoar seu próprio gesto, era alçado a condição de guardião de toda a empreitada. Marcos talvez estivesse certo em sua interpretação, já que dona Maria só deixou de receber o dinheiro uma vez em pouco mais de três anos.²⁴

Lemô também chegou a enviar recursos a sua família por portadores, mas nunca desconhecidos. Embora religiosa, sabia que o dinheiro “é uma tentação, não é?”, como repetiria algumas vezes em seus depoimentos. Num deles, com extraordinária inversão de causalidade, completaria: “eu não me sentiria bem se fosse roubada [pelo portador], se sentisse que tinha levado alguém ou tentado alguém a praticar o roubo, mesmo que contra mim mesma. Porque, se fosse roubada, a culpa seria minha mesma, porque o dinheiro é uma tentação, uma doença. Como é que o ladrão ia ter culpa da doença que eu mesma coloquei na mão dele para ele ficar tentado?” Diante disso, quando não havia portador conhecido (um familiar que a vinha visitar, um compadre que fosse na direção contrária), ela preferia levar ela mesma o que conseguia poupar, nas muitas vezes por ano em que enfrentava o dia inteiro de viagem (se chovia nas serras que mediavam o caminho, podiam ser dois) até sua cidade natal.

Outra diferença marcante entre ambos é que Lemô não poupou em dinheiro. Ela materializou sua poupança em vários bens, incluindo o bem-estar de seus pais, a educação dos irmãos, dos filhos e de alguns sobrinhos. Mas não apenas isso. Comprou terrenos, construiu casas, reformou-as, ampliou-as, demoliu-as, serviu de banco a seu marido, financiando seus negócios, aumentou a cada ano a proporção destinada a ações de caridade... E nunca chegou a guardar muito dinheiro. Ela sempre encontrava um destino para o que excedia seu gasto cotidiano e suas muitas outras formas de materializar caritativamente esse excesso. Posta diante desse fato incontestável por uma pergunta minha, sua reação foi de surpresa. Após alguma reflexão (na verdade, na terceira entrevista, a pergunta tendo sido formulada na anterior), ela simplesmente repetiria que “o dinheiro é uma tentação do demônio. Você pode ficar escravo dele se viver para juntá-lo. E depois, ele não vai com você para o céu... Nem para o inferno... Se bem que pode te levar para lá...”²⁵

Essa resposta, ao trazer para o centro de suas razões a noção de pecado, desvenda pelo menos parte de sua compulsão por se desfazer do dinheiro

em espécie, por **materializa-lo em coisas e obras** que a ela pareceram úteis, porque destinadas às pessoas às quais ela se achava (e se acha) **na obrigação moral, sagrada, de proteger, ajudar e promover**. Por um lado, Lemô nunca abandonou sua vocação religiosa. Ela sempre se soube nesta terra para "elevar o nome de Deus". Tendo abdicado do noviciado por amor ao pai, e tendo por meta protegê-lo, para o que precisava melhorar de vida, **viu-se na obrigação, também irrecusável, conquanto indesejada, de acumular recursos**, isto é, ganhar mais do que precisava para o sustento de sua própria família. Esse fato simples pode ser nomeado ambição e, se levado muito longe, **cobiça**. Atitudes desde logo condenadas por sua moral religiosa. Por outro lado, **ela se sente culpada por sua trajetória bem-sucedida**. Ela sabe que não a construiu as expensas da família, isto é, explorando-a. Mas tem plena consciência de que deixou sua cidade natal para acompanhar o marido, que já não tinha perspectivas de emprego ali. Tivesse podido escolher, teria preferido permanecer ao lado dos pais e dos irmãos. Mas ela sabe também que isso talvez a tivesse condenado à vida que levaram seus irmãos mais velhos, suas primas e primos e tantos outros parentes, próximos ou distantes, que não deixaram sua cidade, e que ela não pôde ajudar. **Uma vida por muito tempo próxima à miséria, vulnerável, precária**.²⁶ Contudo, uma vida como a de todos os seus. Saber-se **proprietária de dinheiro** em espécie lhe parecia estar privando o restante de sua família da ajuda que ela sempre se viu na obrigação de prestar. Logo, é como se ela estivesse vivendo à custa de todos eles.

A **culpa**, assim como as obrigações morais decorrentes da promessa de Lemô, e aquelas relacionadas a sua condição de esposa conviveram de modo tenso com sua **imobilidade ascendente**, mas não a impediram. Talvez a tenham limitado, já que, por exemplo, ela jamais se imiscuiu nos negócios do marido, mais de uma vez fonte de crises financeiras familiares, uma delas a tendo levado à falência.²⁷ E a maneira como despendeu e perdeu recursos em **obras e reformas e propriedades** tem algo de irracional, já que muitas vezes as **reformas** (como a ampliação de uma das casas, depois demolida e reconstruída no ano seguinte), ao que parece, tiveram como principal objetivo **não deixar dinheiro vivo imobilizado no banco**. Essa atitude foi diametralmente oposta à de Marcos, que, vivendo de salário por boa parte da vida, encontrou diversas maneiras de **poupar**

dinheiro em espécie, tendo, nesse momento de sua história, **acumulado pecúlio suficiente** para sustentar sua própria aposentadoria com o rendimento de aplicações financeiras.

Um último ponto merece destaque. O **Estado** esteve presente de modo bem diverso nos destinos familiares e profissionais de Marcos e Lemô. Esta construiu sua **trajetória como projeto privado, guiado por Deus**. Seu sucesso profissional ocorreu, em boa parte de suas múltiplas dimensões, de **modo extrínseco ao mundo público estruturado pela regulação estatal**. Jamais constituiu empresa formal, quase nunca pagou impostos sobre sua renda ou de seus empreendimentos, jamais registrou suas funcionárias, com exceção, nos últimos anos, de sua empregada doméstica.²⁸ Ademais, **como não pagava impostos e não tinha registro profissional, nunca dependeu dos serviços públicos de saúde**, estruturados, até a Constituição de 1988, pelo acesso formal ao mercado de trabalho ou empresarial. **Tampouco contribuiu para o sistema público de previdência** (na verdade, nem para um sistema privado, **o que a obriga a continuar trabalhando no mesmo ritmo de antes, aos 70 anos de idade**). Seus filhos estudaram em escola pública não tanto por ela não poder pagar, mas porque, até pelo menos o final da década de 1970, o ensino público fundamental era de **melhor qualidade** e mais fácil de entrar do que as poucas escolas privadas de sua cidade de destino. O **mundo da informalidade** foi, para Lemô, **um mundo privatizado**. Boa parte das **redes de proteção e promoção** que lhe asseguraram ascensão social teve caráter estritamente **privado**, e quase sempre mediado por sua **militância católica** (nos últimos anos, evangélica).

Isso não quer dizer que ela desdenhasse ou negligenciasse o **universo da política**. Muito ao contrário. Alçada à condição de **costureira da elite local**, conheceu os chefes municipais por intermédio de suas esposas, participou de suas festas, privou de sua intimidade, aconselhou-os, rezou com eles. Chegou mesmo a ser "cortejada" para se candidatar à Câmara de Vereadores. Mais de uma vez se soube instrumentalizada por candidatos durante campanhas políticas, por exemplo deixando que este ou aquele amigo mais chegado a acompanhasse na distribuição de cestas básicas aos pobres, ainda que o proibindo de fazer campanha explícita, porque "isso desvirtuaria o trabalho feito em nome de Deus". E pelo menos uma vez fez um pedido de emprego para seu marido a um deputado federal, pedido

prontamente atendido, pelo que ela se sentiu em dívida até a morte do benfeitor, carregando-lhe não apenas seu próprio voto, mas também os de varios membros da família. Além disso, Lemô perdeu a conta de quantos vestidos costurou a preço de custo para a esposa desse deputado, e fez de graça o vestido de noiva de uma de suas filhas, que se casou em Brasília (o que, por outro lado e tendo em vista o sucesso do vestido, abriu-lhe outras portas). Mas o trânsito entre os poderosos locais teve caráter também privado, e num único caso assumiu a forma da troca de favores clientelistas típicos da política tradicional, passo que ela, porém, preferia não ter dado (“foi um ato de desespero, o [seu marido] estava ficando deprimido... Um homem não pode ficar desocupado muito tempo, a cabeça começa a pensar coisa errada”). Interessante notar que Lemô, tendo vivido uma vida orientada pela dádiva de mão única (à família, aos pobres, às comunidades religiosas às quais pertenceu, a alguns ricos da cidade), sente-se, paradoxalmente, em dívida com todos eles. Pedir um favor a um deputado foi, para ela, romper com sua orientação geral de vida. Era como se ela estivesse pedindo retribuição a algo, ao contrário, concedido incondicionalmente. Isso explica o excesso de sua própria retribuição ao deputado, expressa não apenas nos votos fielmente consignados em eleições sucessivas, mas também nos vestidos costurados para sua esposa. Ambos, votos e vestidos, foram encarados como uma e a mesma coisa: retribuição de um favor a um agente público que tinha acesso a posição que de outra maneira lhe estaria vedada.

A política nacional tampouco lhe era indiferente. Por intermédio dos chefes locais ela se posicionava e votava, e sempre teve opiniões fortes sobre governadores e presidentes. Escolheu quase sempre, e até a eleição presidencial de 2002, candidatos da situação. Isso quer dizer que votou na Arena durante a ditadura militar, no PP de Tancredo Neves nos anos 1980, no PMDB (quando os chefes locais trocaram de partido) e, por fim, em Fernando Henrique Cardoso, por causa do Plano Real, sempre por lealdade aos chefes locais, maridos de suas freguesas. Mas então sobrevieram as dificuldades e ela mudou sua percepção da política. A falência da família, o abandono da Igreja Católica e a associação a outra rede de pessoas numa pequena igreja evangélica aproximou-a “dos mais necessitados” de maneira bem diversa de antes. Ela já não lhes fazia caridade, vista pela Igreja Católi-

ca como obrigação dos ricos diante do infortúnio dos mais pobres, sendo, portanto, chancela das desigualdades sociais. Agora Lemô compartilhava as dificuldades cotidianas dos mais pobres como uma igual, uma irmã numa comunidade de irmãos. Vivia seus problemas, aconselhava-os, rezava com eles, e isso de maneira total, isto é, espiritual e materialmente. Não perdeu, obviamente, sua inclinação para a liderança espiritual, mas a exercita em condições muito diversas. Tal como interpreta sua “conversão”, pensa que viveu, por muito tempo, “presa numa redoma de vidro, a Igreja Católica me isolou da realidade, da miséria em que vive nosso povo”. Agora, ela se sente parte do “nosso povo”. Com isso, votou em Lula em 2002 e também em 2006, porque “ele de fato fez pelos pobres”.

A “conversão” de Lemô, porém, foi menos profunda do que parece. Certo, votar em Lula numa cidade conservadora como a sua foi importante afirmação de independência em relação aos laços de lealdade aos quais ela se imaginara presa até ali. Desgarrada, depois da falência, das redes sociais da elite política e econômica local, a quem ela não recorreu em busca de socorro,²⁹ viu-se livre também para exercer suas preferências, e elas estavam “com nosso povo”. Mas essa liberdade foi também um modo de exercício de lealdade a outro coletivo, outra rede de pessoas que votou, toda ela, em Lula nas duas ocasiões. A política ainda é, para ela, a “política dos seus”, agora identificados com os irmãos de sua nova igreja.

O mundo da política, pois, esteve e está presente no horizonte de expectativas de Lemô como um dos muitos lugares de exercício de lealdade àqueles com quem ela se identifica. Se isso é assim, é possível afirmar que, até as crises de início dos anos 1990 e a falência da família em meados da mesma década, o Estado social e sua teia de proteção fizeram parte apenas marginal de sua trajetória. O Estado que dela se aproximou o fez para sequestrar sua poupança (no Plano Collor) e, depois, para, em seu modo de ver, apropriar-se do fruto de seu trabalho, arduamente acumulado nas propriedades que precisou vender para pagar impostos e juros extorsivos de uma dívida que ela mesma não contraíra. “Tenho mágoa do governo”, ela diz, com algum amargor. “Ódio não, só mágoa. Tudo o mais eu aceito, Deus é pai e sabe o que faz. Mas tenho mágoa do governo tirar as coisas do povo, roubar o povo como foi o Collor, porque isso não é coisa de Deus, é coisa do demônio. Aquele Collor era o demônio!” Um Estado, ou seu rosto

mais visível (seus mandatários) visto por ela, portanto, como hostil, ainda que necessário.³⁰

Marcos, por seu lado, encontraria o Estado por acidente em seu caminho. Até seguir para Brasília, esteve submetido às injunções de uma ordem estritamente privada, tanto em sua fazenda natal quanto em Fortaleza. É verdade que descobriu, ao participar de uma greve portuária, que havia direitos trabalhistas e que trabalhadores como ele estavam dispostos a arriscar seu emprego para vê-los assegurados. Direitos, porém, que o Estado não tinha meios de fazer valer diante de agentes privados com poder para rescindir contratos de trabalho regulados por eles, ou mesmo para manter gente como Marcos fora da regulação estatal por anos, em ocupações sem carteira convivendo lado a lado com empregos regulares. Havia direitos, mas Marcos não os associou ao Estado, e eles não estavam a seu alcance.

O desemprego, ademais, revelou a ele um mundo novo, mais inseguro, perigoso e imprevisível do que sua fazenda de origem. Um mundo, ainda e como antes, inteiramente privado, para o qual ele vinha sendo socializado aos poucos ao complementar sua renda com pequenos furtos de alimentos, esmolando ou engraxando sapatos. Agora, porém, esses pequenos expedientes se haviam tornado sua única fonte de renda, obtida, pela primeira vez, sem o concurso de um protetor, padrinho ou superior numa hierarquia previsível de subordinação que era, ao mesmo tempo, a própria ordem social. O mundo urbano se lhe revelou fragmentado, fugidio, desordenado, e Marcos percebeu, também pela primeira vez, que deveria buscar "o próprio rumo", e por seus próprios meios. De maneira algo fortuita, decidiu seguir conselhos de outros desempregados como ele e subir num caminhão rumo ao canteiro de obras de Brasília, onde havia "emprego com carteira assinada".

Marcos não sabia, mas o pau de arara que o levou de Fortaleza era contratado pela Novacap, a empresa estatal criada para construir a capital. O barracão onde morou durante os primeiros meses também era mantido pela empresa, e o salário que recebeu era parte do orçamento federal. Sua vida passou a ser estruturada pelo Estado de uma maneira que ele só compreenderia ao deixar Brasília. Conflitos trabalhistas durante as obras (e houve muitos) eram mediados por autoridades públicas (não raro pelo próprio ministro do Trabalho). Brasília tinha sua Delegacia Regional do Tra-

balho, sua Justiça do Trabalho. A institucionalidade pública em construção não era meramente virtual. Além disso, havia um "clima de ufanismo", nas palavras de Marcos. Os operários tinham exata noção da importância do que estavam construindo, de que "aquilo era o futuro do Brasil". Ali, pela mediação da máquina pública, ele se descobriu brasileiro, e a isso estavam associados significados multidimensionais. Ele era um cidadão como os outros, com direitos como os outros, todos vindos de muitas partes do país com o mesmo propósito, ganhar a vida, mas encontrando, além do emprego, um projeto de nação, um sonho coletivo promovido pelo Estado na figura de um governante carismático. Em seu casamento, um operário gaúcho tomou da sanfona deixada em descanso por um conterrâneo seu, que até ali tocara forró por duas horas, e embalou uma catira dançada por outros gaúchos. Marcos ouviu histórias de mineiros, goianos, um catariense, um amazonense, todos saudosos de seus estados, suas famílias. O Brasil mostrou-lhe sua face, e o ordenamento estatal era parte incontestável dela. O Estado, nesse sentido, lhe veio juntamente com a nação, sua diversidade e interesse.

Apesar da mediação de suas relações de trabalho pela regulação pública mesmo após a saída de Brasília, expressa na carteira assinada por Gentil, seu novo empregador, Marcos nunca lançaria mão da institucionalidade de proteção dos direitos do trabalho. Sua lealdade a Gentil foi sempre incondicional. Ele sabe que poderia ter "entrado na justiça contra ele" quando da demissão, "como o sindicato instruiu para eu fazer" no momento da homologação da rescisão contratual. Mas isso "nunca me passou pela cabeça". Pareceu inimaginável a ele iniciar um processo trabalhista contra aquele que lhe abrira as portas do Rio de Janeiro, que lhe pavimentara o caminho da lenta mas segura ascensão social. Que lhe fora fiel em retribuição a sua própria e irrestrita fidelidade, mesmo que Marcos reconheça na contrapartida de Gentil um traço da irrecusável hierarquia que os opunha como patrão e empregado. Ele sabia que "estava a mando" de Gentil, isto é, era obrigado a trabalhar nas obras que este indicasse. Mas essa obrigação "não era um peso", como ele diz. "Era o meu trabalho, era o que eu sabia fazer, se não fosse para ele seria para outro. Melhor para ele, que me respeitava e me valorizava. (...) Ele nunca me tratou como peão, como subordinado. Era só essa questão de precisar

estar por conta dele o tempo todo, e aquele homem era o cão para trabalhar. Mas eu não via problema nisso, eu gostava disso.”

A ambiguidade da fala é evidente. Gentil nunca o tratou como subordinado, mas Marcos precisava “estar por conta dele”. Está em jogo aqui **distinção problemática entre relações pessoais de mútuo respeito** e, no ver de Marcos, amizade, portanto **relações horizontais envolvendo reconhecimento e reciprocidade; e relações profissionais, ou contratuais, também de reconhecimento e respeito, mas não de reciprocidade horizontal**. Por estar “a mando de Gentil”, Marcos estava obrigado a atender a suas demandas de trabalho. Sua posição era, nesse aspecto, de **estrutural subordinação**. A fragilidade dessa posição também transparece na fala: se não fosse para Gentil, ele teria de vender sua força de trabalho para outro. Esse reconhecimento é, ao mesmo tempo, indicação de que Marcos sabia que podia ser demitido, ou que podia ele mesmo rescindir a relação contratual de trabalho. Não o fez porque, se estava obrigado a trabalhar para alguém, então melhor que fosse para **aquele que o reconhecia e valorizava**. Nesse sentido, **sua relação com Gentil era ao mesmo tempo de subordinação contratual e recíproca lealdade; era regulada pela legislação trabalhista e por preferências, afinidades pessoais e laços de amizade**. O fato de o contrato ter vigorado sobre a amizade no momento da reestruturação da empresa de Gentil apenas reforça o aspecto **estrutural da subordinação de Marcos**, que diz ter “compreendido totalmente” a necessidade de redução de pessoal,³¹ compreensão facilitada pela leitura desse **momento de insegurança para ele e a família pela lente dos desdobramentos futuros**, isto é, a **constituição de sua própria empresa e a melhoria de vida**, esta também em grande medida patrocinada por Gentil.

Dizendo de outra maneira e de forma direta: **a carteira assinada abriu a Marcos o mundo dos direitos do trabalho, universais e impessoais, mas esse mundo não seria acionado contra preceitos caros ao ordenamento de sua vida privada, no âmbito do qual ele enquadrava sua relação contratual com Gentil**. O contrato e suas leis impessoais foram abrigados, no caso de Marcos, pelo **particularismo da lealdade recíproca baseada nos laços intangíveis da amizade e do respeito mútuos**. Prova disso, na interpretação dele, é que esses laços não foram rompidos com a demissão: “se fosse só o emprego, relação patrão/empregado, demitiu tchau, adeus, um abraço, quer dizer, nem abraço dava, era pé na bunda e pronto”.

Com a demissão, o Estado enquanto **ordem jurídica visível das relações profissionais e de trabalho** se ausentaria da vida de Marcos até o momento da **constituição de sua empresa**. Nos quase 20 anos em que trabalhou por conta própria e, em seguida, como **empregador informal**, evitou assinar as carteiras de trabalho de seus empregados, embora tenha pagado aos trabalhadores mais do que o **piso salarial** de suas categorias profissionais. Fez isso por reputar **baixos demais os salários pagos pela construção civil no Rio de Janeiro**, o que quer dizer que tinha consciência dos pisos contratuais e da própria legislação trabalhista. Do mesmo modo, à medida que transcorriam os anos 1990, tornou-se cada vez mais comum a **demandas por relações contratuais formais** por parte de pessoas, condomínios e empresas a quem Marcos prestava serviços. Não tendo empresa constituída, perdeu muitos contratos, quando não comprou notas fiscais frias para ganhar outros. **O Estado e sua teia regulatória**, pois, não eram imediatamente visíveis nas relações profissionais que Marcos estabeleceu ao longo da vida, mas certamente configuraram o ambiente de suas decisões cotidianas. É curioso que ele não temesse **ações trabalhistas** de seus empregados, em parte pelas razões que o haviam impedido de fazê-lo contra Gentil, e em parte porque, nos anos 1980, e segundo ele, não era comum o que ele denominou **“cultura de ação trabalhista”**, “isso de por qualquer coisa o empregado entrar com ação contra o patrão”.³² Marcos, pelo menos, não enfrentaria **processos trabalhistas** senão depois de registrar seus próprios empregados. E então o mundo dos direitos, ou a **ordem jurídica estatal**, se lhe apresentou como **ordem hostil**, assim como ocorrera com Lemô.

Alguma teoria

A **promessa dos direitos trabalhistas**, juntamente com múltiplas expectativas e ansiedades juvenis que embalsamaram suas escolhas fizeram com que Marcos testasse as fronteiras do Brasil moderno **em busca de melhoria de vida**. Isso queria dizer, entre outras coisas, conseguir um **emprego estável**, por sua vez sinônimo de **emprego com carteira assinada**. Mas essa condição revelou a ele seus limites. Isto é, tendo vivido o **assalariamento formal por período relativamente longo**, ficou feliz por deixá-lo para trás

e estabelecer-se por conta própria, apesar da eventual insegurança dessa condição.³³ Lemô, por seu lado, chegou a sonhar o sonho dos direitos do trabalho, mas não conheceu o assalariamento, para ela incapaz de cumprir a promessa de segurança socioeconômica embutida no universo daqueles mesmos direitos.³⁴ Sua ideia de justiça social tinha outra fonte, mais intangível e transcendente, e sua relação com as poucas e fiéis funcionárias que lhe serviram (algumas ainda lhe servem) ao longo da vida jamais foi vista por ela ou por suas próprias empregadas como relações hierárquicas ou de exploração.³⁵ Lemô encara a relação de trabalho como o exercício de uma obrigação moral sua em favor das "meninas", que de outra maneira estariam trabalhando como empregadas domésticas "ou coisa pior".³⁶ É essa, pelo menos, a justificativa moral que lhe permite dormir sem culpa por ter construído sua trajetória bem-sucedida sobre os ombros de trabalhadoras assalariadas a quem ela negou a extensão da proteção estatal. → PROF PRIVADA

Como sugeri mais acima, hoje sabemos que o assalariamento formal foi e segue sendo momento efêmero nas trajetórias de vida da imensa maioria dos brasileiros.³⁷ Homens e mulheres entram e saem de relações assalariadas e não assalariadas de trabalho ao longo do curso de suas vidas, e a partir de certa idade (que raramente ultrapassa os 40 anos), é cada vez menor a chance de que consigam outro emprego formal, tendo perdido o seu. Isso não quer dizer que não conseguirão algum emprego ou ocupação, embora informal. Na verdade, do ponto de vista das populações que vivem do trabalho, os mercados formal e informal não são rigidamente segmentados, já que se trata de obter meios de vida, para o que indivíduos e famílias mobilizam suas possibilidades e qualificações em confronto com os recursos socialmente disponíveis. Como o seguro-desemprego no país é recente (a regulamentação data de 1991) e de curta duração, os que perdem um emprego formal e não têm outra fonte de renda ou o amparo da família precisam (já que premidos pela necessidade) colocar-se novamente no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

Vale a pena consubstanciar essas assertivas, para o que tomo como exemplo o caso do estado do Rio de Janeiro.³⁸ Considerando as pessoas admitidas entre 1965 e 1975 no mercado formal de trabalho do estado, e demitidas entre 1985 e 2005, para um total de 161 mil pessoas que se en-

quadram nesses critérios, 89 mil (ou 55,3%) não mais retornaram ao mercado formal de trabalho. Os que não conseguiram (ou não procuraram) novo emprego formal tinham ficado em suas ocupações de origem por 22,3 anos, em média. Logo, tempo insuficiente para se qualificar para uma aposentadoria integral. Por outro lado, a idade média dos que, tendo sido demitidos, conseguiram outro emprego entre 1994 e 2005 esteve sempre abaixo de 34 anos no caso dos comerciários, e abaixo dos 41 anos para os que se empregaram nos serviços, setores com as maiores probabilidades de emprego no estado do Rio de Janeiro no período.³⁹ O mercado de trabalho, portanto, mostrou-se praticamente fechado aos maiores de 40 anos. Por fim, entre os que retornaram em 1995, tendo sido demitidos em algum momento entre 1985 e aquele ano, a média de permanência fora do setor formal foi de 28,4 meses, ou quase dois anos e meio. Os que retornaram em 2000 ficaram fora desse mercado, em média, por 46,4 meses, ou aproximadamente quatro anos. Isso quer dizer que, mesmo tendo retornado ao mercado formal de trabalho, como a média de permanência fora desse segmento foi maior do que o tempo de vigência do seguro-desemprego e, para os que se empregaram mais tarde, longo o suficiente para eventualmente consumir o FGTS e sua multa,⁴⁰ o mais provável é que a maioria dessas pessoas se tenha ocupado nos setores informais de obtenção de renda, não raro como autônomas.

De fato, tomando-se as seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), dos homens assalariados com carteira em 1994, 14,2% tinham migrado para ocupações por conta própria, de assalariados sem carteira, ou se ocupavam como não remunerados em 1995. O valor foi idêntico para as mulheres, mas, no caso destas, 7,3% migraram de um emprego com carteira para "afazeres domésticos" de um ano para outro. Por outro lado, entre os homens ocupados por conta própria em 1994, 9,6% eram assalariados com carteira em 1995. E dos assalariados sem carteira no primeiro ano, nada menos do que 23,3% tinham conseguido um emprego com carteira assinada no ano seguinte. Esses valores se repetiram no biênio 1996/1997 e novamente em 1998/1999.⁴¹ A migração formal-informal e vice-versa não é residual no país, e impede que tratemos como segmentadas (ou estanques) essas diversas formas de obtenção de renda.

Isto é, mesmo no caso daqueles trabalhadores para os quais o assalariamento formal configurou a maior parte de suas vidas, um evento de desemprego quase sempre significou o trânsito por ocupações informais, muitas vezes por longos períodos de tempo. A experiência do assalariamento formal foi não só efêmera, mas também intermitente para grande parte dos trabalhadores brasileiros, e poucos são aqueles que permaneceram em seus empregos tempo suficiente para se aposentar, com exceção importante dos funcionários públicos, estáveis em suas ocupações.⁴² O resultado disso é que apenas 88,7% das pessoas com mais de 70 anos de idade eram aposentadas no Brasil em 2007, segundo dados da Pnad, e a promessa de segurança socioeconômica na velhice não se cumpriu para nada menos do que 11,3% dessa mesma população, ou mais de 1 milhão de pessoas.⁴³

Marcos compartilha parte do destino desses brasileiros. Mas seu trânsito pela informalidade lhe foi mais generoso do que para a maioria de seus iguais, e ele conseguiu, por meios próprios, garantir sua aposentadoria e o conforto da família. Lemô, por outro lado, não tendo vivido a experiência do assalariamento nem poupado para essa quadra da vida, está impedida de deixar de trabalhar, e dependerá de seus filhos se algum mal de saúde lhe sobrevier. Nos dois casos, as soluções para os reveses da vida, inevitáveis, foram soluções predominantemente privadas.⁴⁴

Como já disse, as trajetórias de Marcos e Lemô, por exemplares, denotam possibilidades e limites dos recursos constitutivos da ordem social brasileira nos últimos 60 anos, em sua abundância ou escassez, sua abertura ou enclausuramento, sua generosidade ou mesquinhez. São trajetórias ascendentes, cada qual bem-sucedida à sua maneira, não obstante percalços por vezes longos, como os de Lemô nos anos 1990. Foram selecionadas porque a mobilidade social ascendente marcou o período analisado para a imensa maioria dos brasileiros, embora o padrão de vida atingido por ambos tenha sido, em muitos sentidos, superior ao de seus próprios pares. Mas o que interessa aqui é que *ele foi possível*, e essa possibilidade, como argumentarei mais adiante, não era invisível aos que não foram capazes de seguir o mesmo curso de vida. Marcos e Lemô são em parte excepcionais apenas porque seu acesso aos estratos sociais médios superiores (pelo menos em termos de renda e riqueza) deu-se malgrado sua baixíssima escolaridade no ponto de partida. Mas ambos superaram esse limite, não

apenas porque se revelaram capazes de aprender por si mesmos (verdade que Marcos se escolarizou ao longo da vida), mas principalmente porque a própria sociedade brasileira prescindiu da escolaridade como mecanismo de estruturação de carreiras, ou melhor, mostrou-se parcialmente aberta a pessoas como eles que, mesmo sem escolaridade no início, demonstraram talento suficiente para extrair dos recursos sociais disponíveis tudo o que eles tinham a oferecer a pessoas como eles. Guiou-os, como vimos, objetivo estritamente privado, do âmbito das obrigações familiares, sagradas para Lemô, mas não menos obrigatórias para Marcos. Ambos se moveram em nome dos progenitores, para resgatá-los da miséria. O fato de se terem mobilizado para isso, deixando a cidade natal, é indicativo de uma predisposição de certo tipo, não compartilhada por toda a população, aqui incluídos vários parentes de ambos. Mas nenhum dos dois ambicionou o eldorado. A riqueza relativa que amealharam (na forma de investimentos e propriedades no caso de Marcos, e de "ativos" familiares, isto é, a escolaridade de filhos, irmãos e sobrinhos no caso de Lemô) não estava prefigurada no ponto de partida. As possibilidades objetivas do capitalismo brasileiro, atualizadas em suas trajetórias por meio de seu trabalho árduo e incansável, capacidade de discernimento em momentos-chave, natural liderança, alguma sorte e também pela exploração do trabalho de algumas dezenas de pessoas, quase sempre informalmente, lhes foram sendo reveladas na travessia. Mas o que importa aqui é que ambos acreditaram que melhorar de vida era possível, crença indubitavelmente materializada pelo movimento de busca de melhores dias em outros lugares que não sua cidade natal.

Essa crença tem algo de enigmático, tendo em vista o que se discutiu até aqui, embora certamente não fosse irracional, já que de fato se pôde materializar, e de maneira não excepcional, ainda que não exatamente típica, ou estatisticamente modal.⁴⁵ Mas há algo de enigmático no fato de suas trajetórias não coadunarem com a imagem inercial da estrutura de oportunidades descrita no capítulo 5. É como se elas, trajetórias e crenças que as embalaram, tivessem ocorrido em outro tempo e espaço, como se, olímpicamente, tivessem ignorado o ambiente em que se desenrolaram. Como se tivessem se desdobrado na tensão superficial da estrutura social, indiferentes às suas determinações mais profundas.

O enigma se evanesce quando percebemos que Marcos, Lemô e os milhões de brasileiros que, como eles, se moveram na mesma direção, **confrontaram estruturas de oportunidades**, conquanto dotadas de notável fixidez e inércia, enquanto *probabilidades* de percurso e destino, probabilidades cuja "instanciação" depende da ação de cada um, sendo portanto condicionais às práxis individuais e, frequentemente, coletivas. É fato que as **trajetórias de ambos** são características de percursos individualizados, ainda que não *individualistas*, já que Lemô moveu-se, por toda a vida, seguindo uma **ética da caridade**, ou da **dádiva unidirecional**, reciprocada não por seus destinatários, mas por Deus. Mas não podemos esquecer que não poucos contemporâneos seus estavam construindo trajetórias coletivas de diversa ordem, na luta armada contra a ditadura, em partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais. Isto é, não poucos brasileiros tiveram seu destino pessoal atado, pelo menos durante parte de suas vidas, **ao destino de coletividades construídas** como tais, sendo o processo de sua construção parte indelével das próprias trajetórias dessas pessoas.

Num caso como noutro, do ponto de vista individual (e por vezes coletivo), a **estrutura de oportunidades**, em sua inércia, pode ser vista como uma **estrutura de recursos materiais disponíveis**, mais ou menos ativáveis por cada um segundo seus próprios recursos individuais (inteligência, diligência, habilidades físicas, qualificação, disposição para o trabalho e, por que não, o acaso) ou coletivos (na família ou nos coletivos significativos ou identitários, como sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais ou comunidades religiosas). A ativação não está dada de antemão, e para boa parte das pessoas aquela **estrutura se configura como um conjunto de limites e**, amiúde, como **impossibilidades**.⁴⁶ Nesse sentido, julgo teoricamente difícil distinguir **capital social** e **estrutura de probabilidades** (enquanto oportunidades) **da ordem social**. O trânsito em sociedade só é possível nos limites de seus próprios recursos e possibilidades, ainda que esses recursos e possibilidades sejam continuamente repostos à medida que a economia se expande, a política propõe novos fins à ação pública e a criatividade social, fruto entre outras coisas das interações cotidianas, **exsuda** novos desafios aos agentes, alguns deles portadores de nova padronização, ela também destinada a ser superada pela economia, a criatividade e, muito especialmente, a política. O **capital social**, nesse sentido, nada mais é do

que a **estrutura social posta em movimento pela sociabilidade**, que a tudo põe em movimento.

A discussão alinhavada nos capítulos anteriores e nas seções precedentes talvez tenha deixado claro que a **política, em sentido estrito, é movimento inescapável da sociabilidade**. Não apenas porque, como queria Foucault, os **encontros cotidianos** são constituídos eles mesmos como **relações de poder**, mas sobretudo porque **os fins da ação individual** não estão dados de uma vez para sempre. Eles precisam ser constantemente **negociados** nos **diversos campos de ação disponíveis aos agentes** (ou constituídos por eles), já que cada encontro, ao qual estes trazem sua história, materializada em seus **recursos materiais e subjetivos**, mobiliza a **subjetividade** de cada um, e esta precisa constantemente **atualizar** concepções próprias sobre o próprio encontro, sobre seus desdobramentos prováveis, sobre as intenções do outro em relação a ego, sobre as expectativas mútuas de cada um quanto às probabilidades de sucesso de suas intenções, sobre a orientação normativa dessas mesmas **intenções** (se instrumental ou expressiva, egoísta ou solidária, predadora ou cooperativa, responsável ou convicta...). Além disso, **os fins da ação**, que em seu movimento leva aos encontros cotidianos, **não são constituídos nos encontros eles mesmos**, sendo resultado mais ou menos consciente, mais ou menos automático, da **sucessão de eventos** que constitui a **identidade social dos sujeitos**, suas preferências e intenções. Isso quer dizer que **nem tudo nas "relações em público"** são **automatismos estereotipados**, vazios de qualquer significação externa aos próprios encontros, como as queria Irving Goffman.⁴⁷ Ou, por outra, **há mais política na sociabilidade do que atualização automática de esquemas predefinidos de ação e reação diante de um outro significativo**.

➤ Antes de prosseguir, cabe um parêntese a esse respeito. É preciso reconhecer que há muito de **automatismo** nos encontros cotidianos, sobretudo aqueles que não são estruturados pelo **universo das instituições sistêmicas** (muito particularmente, do ponto de vista que interessa aqui, as relacionadas ao trabalho e à política institucional). Aqueles encontros são muitas vezes **fortuitos e casuais**, ainda que a probabilidade de se encontrar alguém significativo para ego não esteja igualmente distribuída pela população como um todo. Isto é, um **encontro fortuito não quer dizer um encontro aleatório** (em termos estatísticos).⁴⁸ É mais provável encontrar-se

ao acaso um *outro significativo* (conhecido ou amigo) na cidade natal ou de moradia de ego, ou nos ambientes que ambos costumam ou costumavam frequentar, do que em outro país ou outro lugar qualquer, ainda que o mundo seja, para esse efeito, muito pequeno.⁴⁹ Esse *encontro fortuito*, no mais das vezes, não se apresenta como *momento da atualização de fins* previa e conscientemente artificiais, sendo, de fato, a *oportunidade para o desempenho dos automatismos estereotipados* típicos das relações em público, agora sim como queria Goffman. Relações que podem eventualmente oferecer oportunidades para o exercício de poder, domínio ou violência, mas cujo resultado é quase sempre a manifestação de *mútua amizade, carinho ou reconhecimento*. Nelas, a *política* está quase sempre ausente, ou melhor, é posta em suspenso em nome de outros valores e motivações, muitos deles puramente irracionais, por afetivos. *E tais relações compõem boa parte das relações face a face*, sendo decisivas, contudo, para o teste cotidiano de nossas *concepções estereotipadas sobre o outro significativo* e mesmo a *ordem social* de que ele, de um modo ou de outro, é portador. É, por isso, *momento importante da sociabilidade*, que certamente denota seus significados mais profundos, sem contudo tematizá-los explicitamente. Isso é o mesmo que dizer que *as linhas de força que estruturam as expectativas dos agentes*, e que são parte essencial da ordem, estão operando com toda intensidade, e mesmo a amizade mais desprendida (e verdadeira) carrega o ônus de precisar ser reposta a cada encontro, tanto mais quanto mais fortuito este seja. Isso quer dizer, em suma, que mesmo nesses *encontros fortuitos*, que mobilizam a capacidade de improvisação de cada um diante de outros significativos, a *política* está presente. Não a *política institucionalizada*, seus ritos e obrigações, mas a *política como elemento além do qual nenhuma sociabilidade é possível*. A política institucional é um modo de ser desse elemento, mas não o esgota nem o exaure. Ela formaliza, ritualiza e enrijece os *mecanismos de tomada de decisão* sobre as coisas de interesse público e sobre o bem comum.

Fechado o parêntese, é claro que *o interesse público não é o objeto da política enquanto elemento da sociabilidade*. Na vida cotidiana, os *agentes* mobilizam constantemente uma *ideia de bem comum*, mas apenas enquanto horizonte a ser referendado (ou negado) a cada encontro, ao final do qual não restam políticas públicas materialmente mensuráveis e

judgáveis contra padrões de eficácia ou eficiência, mas apenas expectativas confirmadas ou negadas contra *padrões de justiça* ou de *concepções sobre a vida em comum*, expectativas que são, assim, a própria argamassa da sociabilidade, e também seu resultado mais importante. A afirmação de que *a política é o elemento da sociabilidade* quer simplesmente dizer que há um *modo pelo qual as expectativas mútuas são confrontadas, testadas e negociadas nos encontros cotidianos*, modo que envolve disposições estritamente racionais, como o interesse ou o desejo de fazer prevalecer suas razões sobre as de outros, e aspectos estritamente irracionais, como o amor, o desejo sexual ou a amizade, aspectos frequentemente inseparáveis. *A sociabilidade, nesse sentido, é uma política*, já que negociação, teste e confirmação/negação das expectativas mútuas quanto ao que, afinal de contas, significa viver em sociedade, ou viver junto com outros. Uma *política* que frequentemente envolve *violência simbólica ou material*, mas que frequentemente também supõe *cooperação, reciprocidade e abertura para o outro* em sua inteira individualidade.

Essa *política* pode se desenrolar, e no mais das vezes se desenrola, ao largo ou extrinsecamente à *política institucional*. Mas ela quase sempre pressupõe o *Estado como ordem jurídica* na qual os fins da ação pública estão momentaneamente codificados. Essa codificação é parte da informação que as pessoas trazem aos encontros cotidianos, podendo mesmo instruir sua orientação normativa mais geral, definindo, por exemplo, sua compreensão sobre direitos e deveres abstratos, logo, sua moralidade. Nesse sentido preciso, *a ideia de uma sociedade despolitizada é teoricamente inconcebível, já que a sociabilidade é uma política*. Os *fins da ação pública*, se não são móvel imediato da *sociabilidade*, isto é, se não são o objeto material da *negociação entre subjetividades* que esta implica, lhe são pressupostos, na medida em que, ao final de cada encontro cotidiano, cada pessoa tem confirmada ou negada, no todo ou em parte, a série de intenções, instruções normativas e disposições afetivas trazidas ao encontro. A *sociedade inteira esteve implicada nele*, na forma de disposições morais (por suposto racionais) e afetivas postas em jogo.⁵⁰ De um ponto de vista sociológico, portanto, os *encontros que configuram a sociabilidade*, ao terminar deixam como seu vácuo, ou sua essência, a própria sociedade.

Nesse quadro analítico, nossos personagens Marcos e Lemô não estiveram flando na tensão superficial da estrutura de oportunidades representada pelas probabilidades de destino no ponto de partida de suas vidas. Eles atualizaram constantemente essas probabilidades, testaram-nas, referendaram-nas, negaram-nas, ampliaram seus limites, mesmo que inadvertidamente, isto é, mesmo sem a exata noção, todo o tempo, de que o estavam fazendo. Seu trânsito por diversos círculos sociais, sua lenta mas persistente ascensão, confrontou-os com vários outros agentes,⁵¹ por um lado como subjetividades e, por outro, como expectativas estereotipadas alimentadas pelos outros, e esses encontros, não raro, funcionaram como a confirmação das possibilidades reais da estrutura de probabilidades da sociedade brasileira. Nesse sentido, sua sociabilidade alimentou expectativas de melhoria de vida por parte de gente que cada um deles talvez sequer conhecesse, de modo que eles não poderão jamais dimensionar a extensão do efeito demonstração de suas trajetórias nas expectativas de ascensão social de, potencialmente, várias centenas de pessoas. Como pretendo argumentar no capítulo 7, a expectativa de melhoria de vida foi o principal orientador da sociabilidade como política no Brasil moderno. Pessoas bem-sucedidas como Marcos e Lemô despertaram, em seu próprio grupo de origem e naqueles com os quais tomaram contato, inveja e despeito, mas também respeito e admiração. Esses quatro sentimentos, uma vez que tinham por referência seu sucesso, são ao mesmo tempo o atestado de que ele era possível nesta sociedade.

Com isso chegamos ao ponto que me interessa daqui por diante. A sociedade brasileira apresentou-se, para a maioria de seus membros, como uma sociedade fechada no topo, mas profundamente aberta nas posições inferiores. Os brasileiros se moveram intensamente na estrutura social, tanto horizontal quanto verticalmente, e em intervalos muito curtos de tempo, ainda que esses movimentos não resultassem em ganhos ou perdas expressivas de renda. Parte substancial dos nacionais (embora minoritária até muito recentemente) conseguiu materializar suas expectativas de ascensão social, se não quanto a si mesmos, pelo menos para parte ou para a totalidade dos filhos e, por vezes, netos.⁵² Mesmo aqueles que frustraram suas expectativas puderam, eventualmente, defrontar-se com gente como Lemô e Marcos, e sua própria frustração pode ter sido interpretada como

passageira, fruto de circunstâncias para além de seu controle, como o azar ou outra causa que se lhes tenha afigurado como transcendente e mesmo mágica (um castigo de Deus, um mau-olhado, uma caveira de burro⁵³). A frustração momentânea nem sempre é tal que mate toda a esperança, e esta não é outra coisa senão a crença nas possibilidades objetivas da estrutura social, tal como processadas pelas expectativas e projetos de indivíduos, famílias e coletividades, vistas contra o pano de fundo das trajetórias bem-sucedidas de outros menos ou mais significativos.

Notas

¹ Os nomes dos agentes são fictícios. Marlene (ou Lemô) foi entrevistada em três ocasiões: em 19 de maio, 11 de julho e 19 de outubro de 2007. No total, foram sete horas e 22 minutos de depoimento. Marcos foi entrevistado em 3 de agosto e 21 de setembro de 2008, num total de seis horas e 47 minutos de gravação. Com ambos sanei dúvidas por telefone em diversas ocasiões até dezembro de 2008, quando dei por encerrada a reconstrução de suas memórias.

² É provável que os trabalhadores se referissem às palestras semanais de Alexandre Marcondes Filho na *Hora do Brasil*. Ver Gomes (1988). É impressionante como Lemô tem nítida lembrança das histórias que o pai contava ao redor do fogão de lenha nas noites de frio.

³ Nesse ponto do depoimento Lemô faz longa pregação condenando a soberba, a ambição e a inveja, pecados que, ela garante, não a moveram ao jurar que melhoraria de vida. Na atribuição de significado a suas escolhas, ela enquadrou essa jura no arco geral do juramento anterior. Se abandonara Cristo para viver neste mundo em favor de seu pai, então era vontade de Deus que ela desse ao pai condições melhores de vida, agora que ele estava, se não incapacitado, pelo menos com limitações físicas importantes.

⁴ O segundo filho dos Costa, por essa época, se “desviara da rota da retidão” (nas palavras de Lemô) e deixara o trabalho nos canais para se juntar a uma mulher mais velha, conhecida prostituta na região. Ele tinha 17 anos.

⁵ O Seminário Arquidiocesano é a escola de formação de sacerdotes da Igreja Católica. Lemô não queria, necessariamente, que seus irmãos seguissem a vocação, mas sim que tivessem o melhor estudo ao menor custo, já que a Igreja financiava a estada dos internos. Se um deles encontrasse aí seu destino, melhor.

⁶ Segundo ela, seu pai a teria abençoado incondicionalmente, dizendo que, de todos os filhos, ela é a que mais merecia o destino que Deus lhe reservara, isto é, casar com um dos jovens mais ricos da cidade.

⁷ É interessante essa inversão de perspectiva. Lemô, como boa parte dos habitantes de sua cidade natal, tinha sua visão de mundo modulada pela religião, mais propriamente pela

Igreja Católica, que lhe conferia os instrumentos pelos quais atribuía significado à vida. A riqueza de seu noivo fora, até esse momento, um problema para ela. Talvez significasse o fim de uma vida de provações, mas isso era contrário ao que prometera. Aos 13 anos, de joelhos no barro da quermesse, abdicara do mundo dos anjos sabendo que lhe aguardava o calvário de uma existência miserável. Oferecera sua óbvia vocação religiosa em holocausto, como repetiu algumas vezes em seus depoimentos, em troca da vida de seu pai. A corte de um rapaz de posses, o noivado e o casamento marcado lhe apareciam como notas dissonantes, como se Deus a tivesse perdoado por tê-lo abandonado. A morte do avô de Paulo recolocava as coisas nos eixos, e Deus voltava a ser o que nunca deixara de ser: implacável em sua insondável misericórdia.

⁸ Ela supõe que, até deixar a cidade natal, ganhava menos do que seu pai, daí imaginar que sua renda era inferior a dois salários.

⁹ O irmão imediatamente mais jovem já havia passado no vestibular para engenharia na Universidade de Brasília, e os estudos eram sustentados por ela.

¹⁰ Lemô recolhia agasalhos de porta em porta nas campanhas de inverno; financiava a compra de viveres que eram distribuídos mensalmente nos bairros pobres da cidade; ia a pé, quase todos os anos, a uma cidade de romaria situada a 90 quilômetros de sua cidade de escolha; quando não podia ir (sempre por doença, que ela viveu às voltas com pneumonias e alergias de todo tipo a vida inteira), dava assistência aos romeiros ao longo da estrada...

¹¹ As palavras são de Lemô. Pautada pela Bíblia, ela era reconhecida por sua habilidade em questões conjugais, e impediu a ruína de muitos casamentos ("mais de 100", ela garante).

¹² No Brasil estas incluem o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e a Serasa. Na cidade de Lemô havia ainda um serviço interbancário próprio de proteção, desativado nos anos 2000.

¹³ E Lemô complementa: "O que é essa dividadinha com o governo perto do que devo a Deus? Nunca precisei de governo, e hoje tenho o governo atrás de mim como se eu fosse uma criminosa".

¹⁴ O produto agrícola nesse ano caiu 2,4%, o de serviços ficou estagnado, para um crescimento do PIB de 2,9%, o menor do período 1950/1960, que teve crescimento médio de 7,35% ao ano. Dados de Abreu (1989:403).

¹⁵ Marcos talvez se refira à greve nacional dos marítimos em janeiro de 1958. A greve foi registrada por Weffort (1972:A.26).

¹⁶ A Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) foi empresa estatal criada por lei em 1956 por Juscelino Kubitschek para construir Brasília.

¹⁷ Por exemplo, segundo Carlos A. Costa Ribeiro (2007), cerca de **metade da mobilidade social foi ascendente de média distância**, ou entre um e dois desvios padrão da posição do pai. Em **1973, 15% das trajetórias foram descendentes**, cifra que crescerá lentamente ao longo dos anos, **chegando a 19% em 1996**.

¹⁸ Sobre **o desejo de "melhorar de vida"** no **imaginário popular dos migrantes**, ver Durham (1978).

¹⁹ Os estudos sobre migração de nordestinos são abundantes no Brasil. Dois trabalhos em especial merecem destaque, por ajudarem a pôr em perspectiva os casos em tela aqui:

Perlman (1977); e Fontes (2008). Eduardo C. L. Marques, em trabalho ainda em preparação, vem mostrando que **a migração é explicada por laços fortes das redes sociais**, já que **os migrantes, em geral, tendem a se dirigir para onde já há familiares estabelecidos**, que migraram antes.

²⁰ Caso extraordinário a esse propósito é o da **mobilidade ascendente de "Vânia"**, estudado por Lúcia Muller (2008). Ela também precisou abandonar a família e construir trajetória pessoal calcada em criativa relação com suas finanças, incluindo múltiplas formas de poupança.

²¹ Ver, entre outros, Abramovay (2004); Mattoso (2005); e Muller e Vicente (2007).

²² Marcos tem perfeita consciência disso: "Ana não gostou quando lhe disse que esperaríamos para encomendar nosso filho. Mas depois que ele nasceu, a dificuldade que foi e coisa e tal, ela percebeu que se ele tivesse nascido em Brasília nós talvez nunca tivéssemos saído de lá".

²³ Ver Queiroz (1965:290 e segs.); Monteiro (1974:57 e segs.); e Souza (1979).

²⁴ Uma vez no Rio, Marcos usaria como portadores motoristas de ônibus de carreira, e aqui sua certeza da entrega se ancorava em **racionalidade instrumental**: o motorista, por ser de carreira, retornaria ao Rio *com certeza*, estando sempre ao alcance de Marcos, que podia denunciá-lo por roubo.

²⁵ **Sobre o dinheiro como coisa do demônio no imaginário popular do Brasil colonial**, ver Souza (1987). Taussig (1977 e 1983) mostra que essa associação é comum a outros povos rústicos. Martins (2000:165) lembra que Marx (nos *Grundrisse*) e Engels (em *O cristianismo primitivo*) também analisaram **a associação, na tradição cristã ocidental, entre a Besta do Apocalipse e o dinheiro**.

²⁶ **"Sofri muito a vida inteira"** — Lemô disse na segunda entrevista — por não poder ajudar a família toda. Ajudei muita gente, eu sei, e ter saído [de sua cidade natal] foi importante nisso. Mas, meu Deus, quanta gente deixei para trás! Quanta gente!"

²⁷ "Deus sabe o que faz — ela diria —, mandou a falência [de seu marido] num momento de fartura para mim. Pude cumprir minha obrigação de esposa e ampará-lo sem prejudicar outras pessoas, nossos filhos, ninguém." Ninguém exceto ela mesma, está claro.

²⁸ Ela o fez, é bom marcar, a contragosto, depois de ser "abandonada" por uma doméstica que a processou na Justiça do Trabalho.

²⁹ "Deus tem seus designios, sei que ele estava me provando [quando da falência]... Não achei que era o caso de recorrer a ninguém. E veja no que deu! Estou mais próxima Dele do que nunca, porque estou próxima de verdade da gente Dele, sou parte da gente Dele."

³⁰ "Tem que ter governo, claro, como é que a gente vai viver sem governo. Mas ô governo que maltrata a gente!"

³¹ "Era aquele novo sócio, ele vinha com todas aquelas novas ideias. Compreendo totalmente que eles precisassem mudar a firma, estavam crescendo muito e precisavam de agilidade. Hoje isso é comum, tem esse negócio de **empresa flexível** e coisa e tal. Mas naquele tempo era novidade. Hoje compreendo totalmente que eles tinham de fazer o que fizeram, mandar o povo embora para melhorar a empresa."

³² Marcos tem razão em parte. É verdade que depois da Constituição de 1988 houve verdadeira explosão de demandas à Justiça do Trabalho, mas as taxas eram altas antes disso. Como mostro em Cardoso (2003, cap. 3), entre 1974 e 1987, cada novo ano acrescentou, em média, 36 mil novos processos ao movimento nas varas do trabalho no Brasil, tendo o volume anual saído de 340 mil processos em 1974 e atingido mais de 800 mil em 1987.

³³ "Assalariado é aquilo ali, né? Salário no fim do mês, décimo terceiro, férias, tudo garantido e tudo o mais, mas salário pouco, né? Como é que eu ia criar cinco filhos, dar universidade e tudo mais ganhando salário de peão?"

³⁴ "Uma vez pensei em arrumar um emprego", ela dizia. "Cheguei mesmo a conversar com um empresário que estava abrindo uma loja de departamentos aqui. Mas sem estudo... Eu ia ser vendedora? No máximo gerente de pessoal? Ia ganhar para sustentar a família? De jeito nenhum. Então fiquei com o que Deus me deu, minha máquina de costura, minhas 16 horas de trabalho por dia..."

³⁵ E de fato, nenhuma de suas funcionárias, atuais ou passadas, moveu ações na Justiça do Trabalho contra ela.

³⁶ Duas das quatro funcionárias hoje trabalhando para Lemô estão com ela há mais de 40 anos. Uma foi treinada por ela desde os 14 anos, a outra tinha 21 ao ser contratada, e tentou outros empregos ao longo dos primeiros 10 anos, retornando sempre. Lemô financiou suas casas e casamentos, amadrinhou seus filhos, ajudou suas irmãs, irmãos e sobrinhos, e agora ampara o bisneto da funcionária mais velha, que nasceu com Síndrome de Dawn. Duas irmãs da funcionária mais nova de fato se substituíram na juventude e, hoje, trabalham como domésticas.

³⁷ Ver Cardoso (2000); Guimarães (2004 e 2007); Guimarães e Hirata (2006); e Guimarães, Cardoso, Elias e Purcell (2008).

³⁸ A análise que se segue baseia-se na Rais-Migra-Vínculos, base de dados produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base na Rais. A base de dados computa todos os eventos de emprego existentes a partir de 1985 até 2005 e, no caso de desligamento do trabalhador, o primeiro emprego conseguido por ele ou ela, sempre no mercado formal de trabalho. O emprego existente em 1985 pode ter começado antes disso, daí a possibilidade de considerar vínculos iniciados desde os anos 1940 e não terminados antes de 1985 (raros, por sinal). Para o que se segue computo apenas os que se demitiram voluntariamente ou foram demitidos pelas empresas. Excluo os que morreram, se aposentaram, foram transferidos de emprego e os de causa ignorada. Agradeço ao MTE a permissão para acessar os dados, e ao pessoal da Unisys do Rio de Janeiro, em especial Eduardo Carvalho, Ricardo Friede e Celso Ícaro, pelo suporte sempre atencioso e cordato.

³⁹ As tabulações que deram origem a esses dados podem ser processadas no site do MTE na internet. Para isso é suficiente que a instituição do pesquisador interessado firme um termo de compromisso com o ministério, que liberará uma senha para acesso direto às bases de dados disponíveis. Ao leitor interessado posso enviar a especificação da tabulação. Basta escrever para acardoso@uperj.br.

⁴⁰ O FGTS e sua multa correspondem, depois da Constituição de 1988, grosso modo, a 1,4 salário por ano de emprego. Como a média de tempo de emprego dos que retornaram foi

de 24 anos, isso quer dizer um pecúlio de pouco mais de 33 salários, bem menos, portanto, do que os 46 meses de espera por um emprego encontrado para aqueles que regressaram em 2000. E deve-se ter em conta que o pecúlio do FGTS não é necessariamente poupado para piores dias. Quanto mais pobres as famílias, maior a probabilidade de que ele seja utilizado para sanar carências estruturais (como moradia ou bens de consumo duráveis).

⁴¹ Esses dados decorrem de tabulações especiais da PME, feitas para este trabalho. Como é sabido, essa pesquisa opera com uma amostra por rotação domiciliar, que permite acompanhar parte dos domicílios da amostra em dois pontos do tempo, separados por 12 meses. A metodologia foi utilizada pela primeira vez por Pero (1995), mas para propósitos diferentes.

⁴² Segundo a mesma fonte analisada nos parágrafos anteriores, dos mais de 44 milhões de vínculos empregatícios registrados no estado do Rio de Janeiro entre 1985 e 2005, apenas 89 mil foram rescindidos por motivo de aposentadoria. Isso não quer dizer que apenas 89 mil trabalhadores se aposentaram no período, já que é provável que a maior parte das aposentadorias seja requerida com o trabalhador já fora do emprego. De qualquer modo, entre os admitidos antes de 1970 cujos vínculos ainda estavam ativos em 1985 e, portanto, foram captados pelo sistema Rais, e puderam ser rastreados até 2005, a média de permanência no emprego foi igual ou superior a 30 anos apenas entre os admitidos antes de 1965. Estamos falando de 76 mil vínculos, dos 44 milhões existentes.

⁴³ Importante notar que, em 2001, a proporção de aposentados nessa faixa etária era de 90,8%. Tomando-se apenas as pessoas com 90 a 99 anos de idade, 95% estavam aposentados em 2001, contra 89,4% em 2007, segundo a mesma Pnad. Ao que parece, a reforma previdenciária de 1998, instituindo a obrigatoriedade de 30 anos de contribuição para as mulheres e 35 anos para os homens, atingiu justamente os mais velhos com trajetórias erráticas no mercado formal de trabalho. Vale dizer, as populações mais vulneráveis. Essa reforma ainda cobrará preço alto aos trabalhadores brasileiros, mercê da precariedade do mercado de trabalho, que não favorece trajetórias de emprego na formalidade. Para aspectos técnicos da reforma, e dentre dezenas de estudos, ver Giambiagi e Esterminio (2006).

⁴⁴ Digo "predominantemente" porque, no caso de Lemô, seu marido (por meios que ela nunca procurou desvendar), tendo trabalhado poucos anos numa empresa estatal, conseguiu uma aposentadoria de dois salários mínimos, que sustenta o que ela chama de "seus pequenos vícios", como o cigarro, o dominó na praça perto de sua casa e a cerveja do fim de tarde. No caso de Marcos, seu pecúlio foi grandemente alimentado pelo FGTS poupado enquanto assalariado com carteira em Brasília e sob as ordens de Gentil.

⁴⁵ Vimos que, somados, os destinos de Lemô e Marcos foram típicos das trajetórias agregadas de cerca de um terço dos brasileiros, portanto de algumas dezenas de milhões de pessoas. Obviamente, não expressa o movimento dos outros dois terços, entre eles os que não viveram mobilidade de qualquer tipo e os que descenderam.

⁴⁶ É preciso não confundir essa estrutura de oportunidades com a noção de estrutura social, em Giddens. Para esse autor, a estrutura é ao mesmo tempo limites e recursos, que podem ser ativados pelos agentes. Mas ela não existe enquanto materialidade, ou fora de sua atualização (instanciação) pelos agentes. Aqui não trato propriamente de estrutura social,

mas de **estrutura de probabilidades de trajetória e destino**, e essas probabilidades têm sua historicidade, o que quer dizer que também precisam ser instanciadas, porém não como limites e recursos virtuais, mas apenas como, justamente, **probabilidades**. A diferença é sutil, mas decisiva para meus propósitos.

³⁷ Ver, muito particularmente, Goffman (1971).

³⁸ Bourdieu (1979) argumenta que encontros fortuitos, no sentido empregado por Goffman, não existem, já que a sociedade é estruturada, e estrutura as probabilidades dos encontros.

³⁹ Refiro-me à **teoria das redes sociais**, que postulou a hipótese sobre a pequena extensão do planeta, quando mensurada pelas conexões entre pessoas. Buchanan (2002), por exemplo, mostrou que com até cinco (em casos raros, sete) níveis de laços sociais é possível conectar todas as pessoas do planeta, inclusive o presidente dos Estados Unidos e um membro de uma tribo afastada da África ou da Amazônia.

⁴⁰ Se a **política** é elemento da **sociabilidade**, também o é a **linguagem**, fora da qual nenhuma vida social é possível. Abrir essa caixa de Pandora, porém, está além do horizonte deste livro.

⁴¹ Pedi a Lemô que tentasse nomear as pessoas significativas que cruzaram seu caminho, das mais próximas às mais remotas, tanto em sua cidade natal quanto na de destino. Só valia nomear pessoas de quem ela pudesse dizer alguma coisa (profissão, ou parentesco, ou local de conhecimento, ou um amigo dela etc.). Depois de dois meses ela me apresentou uma lista com **512 pessoas** (“tem mais gente, mas acho que está bom”), todas com nomes e indicação das situações em que foram encontradas. Hoje ela considera **31 pessoas** como seus amigos verdadeiros (exclusive o pessoal da igreja que frequenta). Marcos nomeou 377 pessoas e 18 amigos.

⁴² Ver Carlos A. Costa Ribeiro (2007); Pastore e Silva (2000); e Scalon (1999).

⁴³ A “**caveira de burro**” é uma fórmula popular utilizada para explicar o **fracasso de empreendimentos comerciais**, em geral aplicada a imóveis que recebem sucessivos empreendimentos não exitosos (“tem uma caveira de burro enterrada ali”).